



P E N G U I N



C O M P A N H I A

CLÁSSICOS

KARL MARX E FRIEDRICH ENGELS

Manifesto do Partido Comunista

DADOS DE ODINRIGHT

Sobre a obra:

A presente obra é disponibilizada pela equipe [eLivros](#) e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura.

É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo.

Sobre nós:

O [eLivros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [eLivros](#).

Como posso contribuir?

Você pode ajudar contribuindo de várias maneiras, enviando livros para gente postar [Envie um livro](#) ;)

Ou ainda podendo ajudar financeiramente a pagar custo de servidores e obras que compramos para postar, [faça uma doação aqui](#) :)

"Quando o mundo estiver unido na busca do conhecimento, e não mais lutando por dinheiro e

***poder, então nossa sociedade poderá enfim evoluir
a um novo nível."***

eLivros.love

Converted by [convertEPub](#)



manifesto do partido comunista

Karl Marx nasceu em 1818 em Trier, na Renânia, então parte da Prússia, filho de um advogado judeu que se convertera ao luteranismo para poder praticar a profissão. Formou-se em direito em Berlim e logo se destacou por seu brilhantismo intelectual. Na década de 1840, integrou-se ao movimento esquerdista dos Jovens Hegelianos e foi influenciado pelas leituras de Ludwig Feuerbach, Henri de Saint-Simon, Charles Fourier, Adam Smith e David Ricardo. Em 1841, obteve o título de doutor em filosofia com uma tese sobre Demócrito e Epicuro, mas foi impedido de seguir a carreira acadêmica. No final da década, trabalhou como jornalista de periódicos radicais na Alemanha, França e Bélgica. Ainda na Alemanha conheceu Friedrich Engels, com quem escreveu *A sagrada família* e *Ideologia alemã*. Em 1848, ano em que participam dos fracassados episódios revolucionários na Europa, ambos publicam o *Manifesto do Partido Comunista*, esboço da teoria que depois seria denominada marxista. Em 1864, filiou-se à Associação Internacional dos Trabalhadores, a Primeira Internacional. A partir das ideias hegelianas, tornou-se o grande teórico do socialismo, cuja obra revolucionária e de maior importância é *O capital*, que começa a ser publicada em 1867. Após ser expulso da Bélgica e da Alemanha, refugiou-se em Londres, onde enfrentou sérias dificuldades econômicas. Morreu na capital inglesa, em 1883, e foi enterrado como apátrida.

friedrich engels nasceu em 1820, em Barmen (atual Wuppertal), na província prussiana da Renânia. Filósofo e jornalista, era filho de um rico industrial e desde cedo voltou sua atenção para as condições miseráveis em que viviam os operários. Dirigiu por alguns anos uma das indústrias da família, em Manchester, Inglaterra, experiência que o ajudou a criar a base teórica para uma de suas principais obras, *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845. Ao lado de Marx, em longa parceria, teorizou os fundamentos do socialismo e se responsabilizou pela publicação dos últimos volumes de *O capital*, após a morte do amigo. É autor de livros fundamentais para a teoria socialista, como *A evolução do socialismo de utopia a ciência* (1882), *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (1884) e *Revoltas camponesas na Alemanha* (1926), entre outros. Morreu em Londres, em 1895.

sergio tellaroli nasceu em Araraquara, em 1959. É formado em letras (alemão e inglês) pela Universidade de São Paulo, e atua como tradutor literário desde 1988, com diversos trabalhos publicados pela Companhia das Letras. Entre os autores que traduziu estão Goethe, Elias Canetti, Thomas Bernhard, Arthur Schnitzler e Robert Walser.

marshall berman, filósofo marxista nascido em 1940 nos Estados Unidos, leciona ciências políticas no The City College of New York e filosofia política e urbanismo na City University of New York. É autor de *Aventuras no marxismo* (2001) e *New York Calling: From Blackout to Bloomberg* (2007), entre outros. Sua obra mais conhecida, *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1982),

combina crítica literária e análise histórica dos séculos XIX e XX.

Ricardo Musse nasceu em Ipameri, Goiás, em 1959. É professor do departamento de sociologia da Universidade de São Paulo; livre-docente e doutor em filosofia pela USP; e mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Organizou os livros *Capítulos do marxismo ocidental* (Unesp/ Fapesp) e *Émile Durkheim: Fato social e divisão do trabalho* (Ática). Participa do Laboratório Karl Marx (LeMarx-usp).



Sumário

[Prefácio à edição alemã de 1872](#)

[Prefácio à edição russa de 1882](#)

[Prefácio à edição alemã de 1883](#)

[Prefácio à edição inglesa de 1888](#)

[Prefácio à quarta edição alemã de 1890](#)

[Prefácio à segunda edição polonesa de 1892](#)

[Ao leitor italiano \(prefácio à edição italiana de 1893\)](#)

[Manifesto do Partido Comunista](#)

[i. Burgueses e proletários](#)

[ii. Proletários e comunistas](#)

[iii. As literaturas socialista e comunista](#)

[1. O socialismo reacionário](#)

[a. O socialismo feudal](#)

[b. O socialismo pequeno-burguês](#)

[c. O socialismo alemão, ou o “verdadeiro” socialismo](#)

[2. O socialismo conservador ou burguês](#)

[3. Socialismo e comunismo crítico-utópico](#)

[iv. O posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos opositoristas](#)

[Notas de Friedrich Engels](#)

[Variações](#)

[Posfácio](#)

[Sobre esta edição](#)

Prefácio à edição alemã de 1872

No congresso realizado em novembro de 1847, em Londres, a Liga dos Comunistas, uma associação internacional de trabalhadores que, sob as condições outrora reinantes, naturalmente só podia ser secreta, encarregou os abaixo-assinados da redação de um pormenorizado programa partidário teórico e prático destinado a publicação. Assim surgiu o *Manifesto* que se segue, cujo manuscrito foi enviado a Londres para impressão poucas semanas antes da revolução de fevereiro. Ele foi publicado primeiramente em alemão, língua na qual foi impresso na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos em pelo menos doze edições. Em inglês, apareceu pela primeira vez no *Red Republican*, de Londres, em 1850, com tradução de *miss* Helen Macfarlane, além de em pelo menos três outras traduções nos Estados Unidos, em 1871. Em francês, a primeira publicação ocorreu pouco antes da insurreição de junho de 1848 e, mais recentemente, no *Le Socialiste*, de Nova York. Uma nova tradução encontra-se em curso. Em polonês, foi publicado em Londres, pouco depois da primeira edição alemã; em russo, em Genebra, nos anos 1860. Também a tradução para o dinamarquês se deu pouco depois da publicação em alemão.

Em seu conjunto, os princípios gerais expostos neste *Manifesto* ainda hoje conservam plenamente a sua justeza, por mais que a situação tenha se alterado nos últimos 25 anos. A melhorar, haveria apenas um ou outro detalhe. A aplicação prática desses princípios, como explica o próprio *Manifesto*, dependerá sempre e em toda parte das circunstâncias históricas existentes, razão pela qual não se atribui nenhuma importância especial às medidas revolucionárias sugeridas ao final do segmento ii. Hoje, essa passagem teria, em muitos aspectos, formulação diversa. Diante do imenso desenvolvimento ulterior da grande indústria nos últimos 25 anos e, com ele, do avanço da organização partidária da classe trabalhadora; diante das experiências práticas advindas tanto da revolução de fevereiro como, mais ainda, da Comuna de Paris, em que pela primeira vez o proletariado deteve por dois meses o poder político, esse programa encontra-se hoje parcialmente envelhecido. E isso porque a Comuna nos deu prova de que “a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar posse da máquina estatal pronta e movê-la na direção de seus próprios objetivos”. (Ver “A guerra civil na França. Mensagem ao Conselho Geral da Organização Internacional dos Trabalhadores”, edição alemã, p. 19, onde esse assunto é tratado mais a fundo.) Além disso, é evidente que a crítica da literatura socialista apresenta hoje muitas lacunas, porque ela se estende apenas até 1847, e que as observações acerca do posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos oposicionistas (segmento iv), ainda que permaneçam corretas no essencial, envelheceram no tocante a sua implementação, uma vez que a situação política modificou-se por completo, e o desenvolvimento histórico riscou do mapa a maioria dos partidos elencados ali.

O *Manifesto*, no entanto, é um documento histórico, no qual não nos arrogamos mais o direito de efetuar modificações. Talvez uma próxima edição contenha uma introdução que cubra o período transcorrido de 1847 até os dias atuais; a presente edição nos apanhou completamente de surpresa, razão pela qual não tivemos o tempo necessário para fazê-lo.

karl marx
friedrich engels
Londres, 24 de junho de 1872

Prefácio à edição russa de 1882

A primeira edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*, traduzida por Bakunin, foi publicada no início dos anos 1860 pela gráfica do *Kolokol*. Nela (na edição russa do *Manifesto*), o Ocidente só foi capaz de ver outrora uma curiosidade literária. Tal concepção seria hoje impossível.

A área restrita que o movimento proletário ocupava à época (dezembro de 1847) é o que mostra com toda a nitidez o segmento final do *Manifesto*: o posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos oposicionistas nos vários países. Faltam ali justamente a Rússia e os Estados Unidos. Tratava-se, então, da época em que a Rússia constituía a última grande reserva da reação em toda a Europa, e os Estados Unidos absorviam, pela via da imigração, as forças excedentes do proletariado europeu. Os dois países proviam a Europa de matérias-primas e eram, ao mesmo tempo, mercados de consumo para os produtos industrializados europeus. De uma maneira ou de outra, constituíam, ambos, pilares da ordem europeia então existente.

Como hoje tudo é diferente! Justamente a imigração europeia possibilitou aos Estados Unidos uma agricultura gigantesca, cuja concorrência abala a própria estrutura de grandes e pequenas propriedades agrícolas

européias. Além disso, essa imigração permitiu aos Estados Unidos explorar seus incomensuráveis recursos industriais com uma energia e numa escala tal que há de fazer ruir em breve o presente monopólio industrial da Europa Ocidental, e mais especificamente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias vão retroagir revolucionariamente sobre os próprios Estados Unidos. As pequenas e médias propriedades agrícolas dos *farmers*, base de toda a constituição política, sucumbem pouco a pouco ante a concorrência das fazendas enormes, ao mesmo tempo que, nos distritos industriais, se desenvolve pela primeira vez uma grande massa proletária e uma fabulosa concentração de capitais.

E agora a Rússia! Durante a revolução de 1848-49, tanto os príncipes como a burguesia europeia encontraram na intromissão russa a única salvação diante do proletariado recém-desperto. O czar foi proclamado chefe da reação europeia. Hoje, é prisioneiro de guerra da revolução, em Gatchina, e a Rússia constitui a vanguarda da ação revolucionária na Europa.

A tarefa do *Manifesto comunista* era a de proclamar a inevitável e iminente dissolução da moderna propriedade burguesa. Na Rússia, porém — em contrapartida ao embuste capitalista, que ora floresce com rapidez, e à propriedade burguesa da terra, que começa a se desenvolver —, mais da metade da terra é propriedade conjunta dos camponeses. A questão agora é: poderá a *obchtchina* russa, uma antiquíssima forma de propriedade conjunta da terra, ainda que fortemente solapada, transformar-se diretamente na forma superior, comunista, de propriedade conjunta da terra? Ou, ao contrário, precisará ela, antes, passar pelo mesmo processo de dissolução que caracteriza o desenvolvimento histórico do Ocidente?

A única resposta que se pode dar a essa pergunta hoje em dia é: se a revolução russa constituir o sinal para uma

revolução proletária no Ocidente, de forma que ambas essas revoluções se complementem, aí então a atual propriedade conjunta da terra na Rússia pode servir de ponto de partida para um desenvolvimento comunista.

karl marx

f. engels

Londres, 21 de janeiro de 1882

Prefácio à edição alemã de 1883

Lamento ter de assinar sozinho o prefácio à presente edição. Marx — o homem a quem toda a classe trabalhadora da Europa e da América deve mais do que a qualquer outro —, Marx repousa agora no cemitério de Highgate; sobre seu túmulo cresce já a primeira grama. Desde a sua morte, já não se pode cogitar de qualquer reformulação ou complementação do *Manifesto*. Tanto mais necessário torna-se, a meu ver, apontar aqui expressamente o que segue.

A ideia fundamental que permeia o *Manifesto*, isto é: a de que a produção econômica e a estratificação social que desta necessariamente decorre constituem o alicerce da história política e intelectual de toda e qualquer época da história; a de que, em consequência disso (e desde o fim da antiquíssima propriedade comum do solo e da terra), a totalidade da história, em seus mais diversos estágios de desenvolvimento social, tem sido uma história das lutas de classe, de lutas entre exploradores e explorados, entre classes dominantes e oprimidas; e a de que agora, no entanto, essa luta alcançou um estágio em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) já não pode se libertar daquela que a explora e oprime (a burguesia) sem ao mesmo tempo libertar para sempre toda a sociedade da

exploração, da opressão e das lutas de classe — essa ideia é de autoria única e exclusiva de Marx.*

Trata-se de uma afirmação que já fiz diversas vezes, mas precisamente neste momento é necessário que ela preceda o texto do próprio *Manifesto*.

f. engels
Londres, 28 de junho de 1883

* No prefácio à tradução inglesa do *Manifesto*, escrevi: “Dessa ideia, que, em minha opinião, está destinada a pavimentar para a história o mesmo progresso que a teoria de Darwin representou para as ciências naturais — dessa ideia, pois, fomos nos aproximando aos poucos, desde anos antes de 1845. Em que medida eu mesmo avançara nessa direção é o que mostra, da melhor maneira possível, meu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Quando, porém, me reencontrei com Marx em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a havia desenvolvido por completo e a apresentou a mim em palavras quase tão claras como aquelas que utilizei acima para resumi-la”. [Nota de Engels à edição alemã de 1890.]

Prefácio à edição inglesa de 1888

O *Manifesto* foi publicado como plataforma da Liga dos Comunistas, uma associação de trabalhadores de início exclusivamente alemã e, posteriormente, internacional que, dadas as condições políticas no continente europeu anteriormente a 1848, não podia deixar de ser uma organização secreta. No congresso da Liga, acontecido em novembro de 1847, em Londres, Marx e Engels foram encarregados de cuidar da publicação de um programa partidário completo, teórico e prático. Escrito em alemão, o manuscrito foi enviado para impressão em Londres em janeiro de 1848, poucas semanas antes da revolução francesa de 24 de fevereiro. Uma tradução francesa foi publicada em Paris às vésperas da insurreição de junho de 1848. A primeira tradução para o inglês, de autoria de *miss* Helen Macfarlane, foi publicada em 1850, no *Red Republican* de George Julian Harney, em Londres. Seguiram-se edições em dinamarquês e em polonês.

A derrota da insurreição parisiense de junho de 1848 — a primeira grande batalha entre o proletariado e a burguesia — tornou a empurrar temporariamente para segundo plano as aspirações sociais e políticas da classe trabalhadora europeia. Desde então, a luta por supremacia voltou a ser travada apenas entre grupos diversos da classe dos proprietários, como havia sido no

período anterior à revolução de fevereiro; a classe trabalhadora ficou restrita a uma luta por um mínimo de liberdade política e à posição de uma ala à extrema esquerda da burguesia radical. Por toda parte em que movimentos proletários autônomos seguiram dando sinal de vida, eles foram esmagados sem misericórdia. Assim foi que a polícia prussiana deu caça ao comando central da Liga dos Comunistas, a qual, por essa época, tinha sede em Colônia. Seus membros foram detidos e, depois de dezoito meses de prisão, submetidos a julgamento em outubro de 1852. Esse famoso “julgamento dos comunistas de Colônia” durou de 4 de outubro a 12 de novembro; sete dos prisioneiros foram condenados à prisão em uma fortaleza por períodos de três a seis anos. Imediatamente após proferida a sentença, a Liga foi formalmente dissolvida por seus membros restantes. No que tange ao *Manifesto*, daí em diante ele parecia fadado a cair no esquecimento.

Quando a classe trabalhadora europeia tornou a reunir força suficiente para novo ataque à classe dominante, nasceu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Contudo, essa associação, fundada com o objetivo expresso de fundir num único órgão o conjunto do proletariado combativo tanto da Europa como dos Estados Unidos, não pôde proclamar de imediato os fundamentos consignados no *Manifesto*. A Internacional precisava de um programa amplo o bastante para torná-lo aceitável às *trade unions* inglesas, aos adeptos franceses, belgas, italianos e espanhóis de Proudhon e aos lassalleanos na Alemanha.* Marx, que soube compor um programa do agrado de todos os partidos, possuía total confiança no desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora, um desenvolvimento que haveria necessariamente de resultar da ação unificada e da discussão conjunta. Os acontecimentos e vicissitudes na luta contra o capital, as derrotas, mais ainda que as

vitórias, não tinham como não despertar nas pessoas a consciência da insuficiência dos charlatanismos diversos e, assim, abrir caminho rumo à clara percepção dos verdadeiros requisitos para a emancipação da classe trabalhadora. E Marx tinha razão. Quando a Internacional ruiu, em 1874, ela deixou os trabalhadores numa situação já bem diferente daquela em que os encontrara ao ser fundada, em 1864. O proudhonismo na França e o lassalleísmo na Alemanha estavam desaparecendo, e mesmo as conservadoras *trade unions* inglesas, embora em sua maioria já houvessem perdido o vínculo com a Internacional fazia muito tempo, aproximavam-se aos poucos de um ponto em que seu presidente [Bevan], no ano anterior, pudera, em nome delas, declarar em Swansea: “O socialismo continental perdeu seu caráter assustador para nós”. Com efeito, os princípios do *Manifesto* tinham alcançado considerável progresso entre os trabalhadores de todas as partes.

Foi desse modo que o próprio *Manifesto* retornou ao primeiro plano. Desde 1850, o original alemão já havia sido reimpresso diversas vezes na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Em 1872, ele foi vertido para o inglês, em tradução publicada em Nova York, na *Woodhull & Claflin's Weekly*. Em razão dessa versão em inglês, uma tradução para o francês foi preparada para o *Le Socialiste* nova-iorquino. Desde então, pelo menos duas outras traduções para o inglês, mutiladas em maior ou menor grau, foram publicadas nos Estados Unidos, uma das quais ganhou edição também na Inglaterra. A primeira tradução para o russo, de autoria de Bakunin, foi impressa por volta de 1863, na gráfica do *Kolokol* de Herzen, em Genebra; uma segunda, de autoria da heroica Vera Zássulitch, também foi impressa em Genebra, em 1882. Uma nova edição dinamarquesa pode ser encontrada na *Socialdemokratisk Bibliotek*, Copenhague, 1885; e o *Le Socialiste* de Paris publicou

nova tradução para o francês em 1886. A partir desta última, o texto foi traduzido para o espanhol e publicado em Madri, em 1886. O número de reimpressões em língua alemã não se deixa precisar com exatidão, mas, ao todo, foram pelo menos doze. Uma tradução para o armênio, que deveria ter sido publicada em Constantinopla há alguns meses, não chegou a sair, porque, conforme me comunicaram, o editor não teve coragem de publicar um livro no qual constava o nome Marx, ao passo que o tradutor se recusou a assumi-lo como se de sua própria autoria. De traduções para outras línguas, já ouvi falar, mas nunca cheguei a vê-las de fato. Assim, a história do *Manifesto* reflete em grande medida a história do próprio movimento operário moderno; hoje em dia, ele é sem dúvida a obra mais disseminada e mais internacional de toda a literatura socialista, um programa comum, reconhecido por milhões de trabalhadores, da Sibéria à Califórnia.

E, no entanto, ao escrevê-lo, não poderíamos tê-lo designado um manifesto *socialista*. Em 1847, “socialistas” eram entendidos como, por um lado, os adeptos dos diferentes sistemas utópicos, isto é, os de Owen, na Inglaterra, e os de Fourier, na França, tanto uns como outros reduzidos à condição de meras seitas que caminhavam pouco a pouco para a extinção; por outro lado, grassavam ainda os mais variados charlatanismos sociais, que, munidos de toda sorte de remendos, prometiam abolir todos os tipos de males sociais, mas sem oferecer perigo nenhum para o capital e o lucro. Em ambos os casos, tratava-se de pessoas alheias ao movimento dos trabalhadores, as quais buscavam apoio sobretudo nas classes “cultas”. Aquela porção da classe trabalhadora que já estava convencida da insuficiência de meras transformações políticas e que defendia a necessidade de uma remodelação total da sociedade, essa porção se autodenominava, à época, comunista. Era

uma espécie ainda bruta, não lapidada, meramente instintiva, de comunismo, mas que tocava o ponto essencial e teve força suficiente na classe trabalhadora para gerar o comunismo utópico — o de Cabet, na França, o de Weitling, na Alemanha. Assim sendo, em 1847, o socialismo era um movimento da classe burguesa, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora. No continente, ao menos, o socialismo era “aceito nos salões”; o comunismo era precisamente o contrário disso. E como desde o princípio fôssemos da opinião de que “a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora”, não podia haver dúvida nenhuma acerca de qual das duas designações haveríamos de escolher. E mais: desde então, jamais passou por nossa cabeça abdicar daquela que escolhemos.

Embora o *Manifesto* tenha sido trabalho conjunto, sinto-me na obrigação de afirmar que sua ideia fundamental, aquela que está em seu cerne, é de Marx. Essa ideia é a que diz que o modo econômico predominante de produção e troca, assim como a estrutura social que dele necessariamente resulta, constitui a base sobre a qual se assenta a história política e intelectual de toda época histórica, a única a partir da qual se pode explicá-la; diz, ademais, que, por consequência disso, toda a história da humanidade (desde a abolição da primitiva sociedade tribal, com sua propriedade comum do solo e da terra) tem sido uma história das lutas de classe, de lutas entre exploradores e explorados, entre classes dominantes e oprimidas; e que a história dessas lutas de classe apresenta um desenvolvimento dentro do qual, no momento presente, atingiu-se um patamar em que a classe explorada e oprimida (o proletariado) não pode libertar-se do jugo da classe exploradora e dominante (a burguesia) sem, ao mesmo tempo e de uma vez por todas, libertar a própria

sociedade de toda e qualquer exploração e opressão, de toda diferença ou luta de classes.

Dessa ideia, que, em minha opinião, está destinada a pavimentar para a história o mesmo progresso que a teoria de Darwin representou para as ciências naturais — dessa ideia, pois, fomos nos aproximando aos poucos, desde anos antes de 1845. Em que medida eu mesmo avançara nessa direção é o que mostra, da melhor maneira possível, meu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.** Quando, porém, me reencontrei com Marx em Bruxelas, na primavera de 1845, ele já a havia desenvolvido por completo e a apresentou a mim em palavras quase tão claras como aquelas que utilizei acima para resumi-la.

De nosso prefácio conjunto à edição alemã de 1872, cito o seguinte:

Em seu conjunto, os princípios gerais expostos neste *Manifesto* ainda hoje conservam plenamente a sua justeza, por mais que a situação tenha se alterado nos últimos 25 anos. A melhorar, haveria apenas um ou outro detalhe. A aplicação prática desses princípios, como explica o próprio *Manifesto*, dependerá sempre e em toda parte das circunstâncias históricas existentes, razão pela qual não se atribui nenhuma importância especial às medidas revolucionárias sugeridas ao final do segmento ii. Hoje, essa passagem teria, em muitos aspectos, formulação diversa. Diante do imenso desenvolvimento ulterior da grande indústria desde 1848, e, paralelamente a ele, da melhor e mais ampla organização da classe trabalhadora; diante das experiências práticas advindas tanto da revolução de fevereiro como, mais ainda, da Comuna de Paris, em que pela primeira vez o proletariado deteve por dois meses o poder político, esse

programa encontra-se hoje parcialmente envelhecido. E isso porque a Comuna nos deu prova de que “a classe trabalhadora não pode simplesmente tomar posse da máquina estatal pronta e movê-la na direção de seus próprios objetivos”. (Ver “A guerra civil na França. Mensagem ao Conselho Geral da Organização Internacional dos Trabalhadores”, edição alemã, p. 19, onde esse assunto é tratado mais a fundo.) Além disso, é evidente que a crítica da literatura socialista apresenta hoje muitas lacunas, porque ela se estende apenas até 1847, e que as observações acerca do posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos oposicionistas (segmento iv), ainda que permaneçam corretas no essencial, envelheceram no tocante a sua implementação, uma vez que a situação política modificou-se por completo, e o desenvolvimento histórico riscou do mapa a maioria dos partidos elencados ali.

O *Manifesto*, no entanto, é um documento histórico, no qual não nos arrogamos mais o direito de efetuar modificações.

A presente tradução é de autoria do sr. Samuel Moore, o tradutor da maior parte de *O capital*, de Marx. Nós a revisamos em conjunto, e acrescentei algumas poucas notas de pé de página com o intuito de esclarecer alusões históricas.

friedrich engels
Londres, 30 de janeiro de 1888

* A nós, Lassalle em pessoa sempre se declarou discípulo de Marx e, como tal, em consonância com o *Manifesto*. Contudo, na agitação pública que promoveu nos anos 1862-64, ele jamais foi além da exigência de cooperativas de produção apoiadas por crédito estatal. [nota de engels]

** Frederick Engels. *The Condition of the Working Class in England in 1844*. Trad. de Florence K. Wischnewetzky. Nova York: Lovell; Londres: W. Reeves, 1888. [nota de engels]

Prefácio à quarta edição alemã de 1890

Desde a escritura do texto precedente, uma nova edição alemã do *Manifesto* tornou a se fazer necessária, e muita coisa sucedeu ao *Manifesto* que cabe mencionar aqui.

Uma segunda tradução russa, de autoria de Vera Zássulitch, foi publicada em Genebra, em 1882; seu prefácio foi escrito por Marx e por mim. Infelizmente, não estou de posse do manuscrito original em alemão, razão pela qual vejo-me obrigado a traduzi-lo do russo, o que decerto não traz nenhum ganho ao texto. Ele diz:

A primeira edição russa do *Manifesto do Partido Comunista*, na tradução de Bakunin, foi publicada no início dos anos 1860 pela gráfica do *Kolokol*. Àquela época, uma edição russa desse texto significou para o Ocidente no máximo uma curiosidade literária. Hoje, compreendê-lo dessa forma seria impossível. Ainda que restrita, a área de propagação de que o movimento proletário desfrutava à época da publicação do *Manifesto* (janeiro de 1848) é o que bem demonstra seu segmento final: “O posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos oposicionistas”. Faltam ali sobretudo a Rússia e os Estados Unidos. Tratava-se, então, da época em que a Rússia constituía a última

grande reserva da reação europeia, e em que a emigração para os Estados Unidos absorvia as forças excedentes do proletariado europeu. Os dois países proviam a Europa de matérias-primas e serviam, ao mesmo tempo, como escoadouro para seus produtos industrializados. De uma maneira ou de outra, constituíam, portanto, pilares da ordem social europeia.

Como tudo isso mudou! Justamente a emigração europeia foi que possibilitou o desenvolvimento colossal da agricultura norte-americana, cuja concorrência abala os alicerces tanto da grande como da pequena propriedade de terra europeia. Além disso, essa imigração permitiu aos Estados Unidos explorar seus incomensuráveis recursos industriais com uma energia e numa escala tal que há de fazer ruir em breve o presente monopólio industrial da Europa Ocidental, e mais especificamente o da Inglaterra. Essas duas circunstâncias vão retroagir revolucionariamente sobre os próprios Estados Unidos. As pequenas e médias propriedades agrícolas dos *farmers*, base de toda a constituição política, sucumbem pouco a pouco ante a concorrência das fazendas gigantescas, ao mesmo tempo que, nos distritos industriais, se desenvolve pela primeira vez um numeroso proletariado e uma fabulosa concentração de capitais.

Vejamos agora a Rússia. Durante a revolução de 1848-49, tanto os monarcas europeus como a burguesia europeia viram na intervenção russa a única salvação diante de um proletariado que começava a se dar conta de suas próprias forças. Proclamaram o czar chefe da reação europeia. Hoje, ele é prisioneiro de guerra da revolução, em

Gatchina, e a Rússia constitui a vanguarda do movimento revolucionário europeu.

A tarefa do *Manifesto comunista* era a de proclamar a inevitável e iminente dissolução da atual propriedade burguesa. Na Rússia, porém — paralelamente à ordem capitalista a se desenvolver com rapidez febril e à propriedade burguesa da terra que ora começa a se estabelecer —, mais da metade da terra é propriedade conjunta dos camponeses.

A questão agora é: poderá a comunidade camponesa russa, essa forma já tão solapada da primitiva propriedade conjunta da terra, transformar-se diretamente numa forma superior, comunista, de propriedade da terra? Ou, ao contrário, precisará ela, antes, passar pelo mesmo processo de dissolução que se verifica no desenvolvimento histórico do Ocidente?

A única resposta que hoje se pode dar a essa pergunta é: se a revolução russa se tornar o sinal para uma revolução dos trabalhadores no Ocidente, de forma que ambas essas revoluções se complementem, aí então a atual propriedade conjunta da terra na Rússia pode servir de ponto de partida para um desenvolvimento comunista.

Londres, 21 de janeiro de 1882

Uma nova tradução polonesa do *Manifesto* foi publicada por essa mesma época em Genebra: *Manifest komunistyczny*.

Além disso, uma nova tradução dinamarquesa apareceu em *Socialdemokratisk Bibliotek*, Copenhague, 1885. Infelizmente, ela não se apresenta completa, visto que deixa de lado passagens essenciais, as quais parecem ter oferecido dificuldade ao tradutor, além do que notam-se aqui e ali sinais de um desleixo que se

revela tanto mais desagradável porque o resultado dá a perceber que, com um pouco mais de cuidado, o tradutor teria produzido excelente trabalho.

Em 1886, o *Le Socialiste* publicou em Paris uma nova tradução francesa; é a melhor publicada até o momento.

Com base nela, uma tradução espanhola foi publicada no mesmo ano, primeiramente no *El Socialista* de Madri e, depois, em formato brochura: *Manifiesto del Partido Comunista, por Carlos Marx y F. Engels*, Madri. Administración de *El Socialista*, Hernán Cortés 8.

A título de curiosidade, menciono ainda que, em 1887, o manuscrito de uma tradução armênia foi oferecido a um editor de Constantinopla. O bom homem, no entanto, não teve coragem de mandar imprimir um texto em que constava o nome de Marx e sugeriu que o próprio tradutor assumisse a autoria, o que este, todavia, se recusou a fazer.

Na Inglaterra, depois de várias reimpressões de uma ou outra das traduções norte-americanas, contendo número maior ou menor de incorreções, finalmente uma tradução autêntica foi publicada em 1888. Ela é de autoria de meu amigo Samuel Moore e, antes da impressão, foi novamente revisada por nós dois. O título é *Manifesto of The Communist Party by Karl Marx and Frederick Engels*. Organização e notas de Frederick Engels, 1888, Londres, William Reeves, 185 Fleet St. E. C. Inseri na presente edição algumas das anotações redigidas para essa edição inglesa.

O *Manifesto* seguiu seu próprio curso. Quando de sua publicação, saudou-o com entusiasmo a outrora ainda pouco numerosa vanguarda do socialismo científico (como o comprovam as traduções mencionadas nos primeiros prefácios); logo, porém, ele foi relegado a segundo plano pela reação iniciada com a derrota dos trabalhadores parisienses em junho de 1848 e, por fim, “legalmente” banido com a condenação dos comunistas

de Colônia, em novembro de 1852. Com a saída de cena do movimento dos trabalhadores oriundo da revolução de fevereiro, também o *Manifesto* deixou o palco.

Quando, então, a classe trabalhadora europeia tornou a se fortalecer o bastante para nova investida contra o poder das classes dominantes, surgiu a Associação Internacional dos Trabalhadores. Seu objetivo era fundir num *único* e grande exército o conjunto dos trabalhadores em luta na Europa e nos Estados Unidos. Por isso mesmo, ela não podia *partir* dos princípios estabelecidos no *Manifesto*, mas precisava de um programa que não fechasse as portas nem às *trade unions* inglesas, nem aos proudhonistas franceses, belgas, italianos e espanhóis ou aos lassalleanos alemães.* Esse programa — premissa para os estatutos da Internacional — foi esboçado por Marx com uma maestria reconhecida até mesmo por Bakunin e pelos anarquistas. Para a vitória final das palavras contidas no *Manifesto*, Marx confiava apenas e tão somente no desenvolvimento intelectual da classe trabalhadora, o qual haveria necessariamente de brotar da ação e da discussão conjunta de todos os seus membros. Os acontecimentos e vicissitudes na luta contra o capital — os insucessos mais ainda que os sucessos — só podiam expor com nitidez aos combatentes a insuficiência de suas panaceias, tornando-lhes as mentes mais receptivas à percepção clara das verdadeiras condições para a emancipação dos trabalhadores. E Marx tinha razão. A classe trabalhadora de 1874, quando da dissolução da Internacional, era bem diferente daquela de 1864, quando de sua fundação. O proudhonismo dos países românicos, assim como o lassalleanismo específico da Alemanha, estava em extinção, e mesmo o extremado conservadorismo das *trade unions* inglesas caminhava pouco a pouco para um ponto que, em 1887, permitiu ao presidente de seu congresso em Swansea dizer em nome

de todos: “O socialismo continental perdeu seu caráter assustador para nós”. Desde 1887, porém, esse socialismo continental compunha-se já quase exclusivamente da teoria anunciada no *Manifesto*. A história do *Manifesto* espelha, portanto, em certa medida, a própria história do movimento trabalhista moderno desde 1848. No presente, o *Manifesto* é sem dúvida o produto mais disseminado e internacional de toda a literatura socialista, o programa comum de muitos milhões de trabalhadores de todos os países, da Sibéria à Califórnia.

E, no entanto, quando de sua publicação, não podíamos chamá-lo um manifesto *socialista*. Em 1847, a palavra “socialista” designava duas categorias de pessoas. Por um lado, caracterizava os seguidores dos diversos sistemas utópicos, em especial os owenistas na Inglaterra e os fourieristas na França, tanto uns quanto outros reduzidos já à época à condição de adeptos de meras seitas em processo gradual de extinção. Por outro, “socialistas” eram também os mais variados charlatães sociais, os quais, com suas diversas panaceias e por meio de toda sorte de remendos, pretendiam abolir os males sociais sem ferir em nada o capital ou o lucro. Em ambos os casos, tratava-se de pessoas alheias ao movimento dos trabalhadores, que procuravam apoio antes entre as classes “cultas”. Todavia, aquela porção dos trabalhadores que, convencida da insuficiência das meras transformações políticas, demandava uma profunda remodelação da sociedade, essa se autodenominava à época *comunista*. Era um comunismo de parca elaboração, apenas instintivo, por vezes algo tosco, mas poderoso o bastante para gerar dois sistemas do comunismo utópico: na França, o comunismo “icárico” de Cabet; na Alemanha, o de Wilhelm Weitling. Em 1847, socialismo significava um movimento burguês; comunismo, um movimento dos trabalhadores. O

socialismo, ao menos no continente, podia circular pelos “salões”, ao passo que o comunismo era exatamente o oposto. E como, já à época, fôssemos da firme opinião de que “a emancipação da classe trabalhadora precisa ser obra da própria classe trabalhadora”, em momento nenhum hesitamos no tocante a qual das duas designações escolher. Tampouco nos ocorreu alguma vez, desde então, rejeitar a escolhida.

“Proletários de todos os países, unam-se!” Poucas vozes responderam quando lançamos essas palavras pelo mundo, há 42 anos, às vésperas da primeira revolução parisiense, em que o proletariado surgiu com reivindicações próprias. Mas em 28 de setembro de 1864, proletários da maioria da Europa Ocidental uniram-se na Associação Internacional dos Trabalhadores, de gloriosa memória. É certo que a própria Internacional durou apenas nove anos. Que, no entanto, a aliança eterna dos proletários de todos os países, por ela fundada, segue viva e mais forte do que nunca, disso não pode haver testemunho melhor do que o dia de hoje. E isso porque hoje, no dia em que escrevo estas linhas, os proletários de Europa e Estados Unidos desfilam, pela primeira vez, a mobilização de suas forças de combate, sua mobilização como *um único* exército, sob *uma única* bandeira e em prol do atingimento iminente de uma mesma meta: a fixação em lei da jornada de trabalho de oito horas, já proclamada pelo congresso da Internacional em Genebra, em 1866, e, de novo, pelo congresso dos trabalhadores em Paris, em 1889. E esse espetáculo de hoje vai abrir os olhos de capitalistas e proprietários de terras de todo o mundo para o fato de que, hoje, os proletários do mundo todo se uniram de fato.

Se pelo menos Marx estivesse a meu lado neste momento, para poder ver tudo isso com seus próprios olhos!

f. engels
Londres, 1o de maio de 1890

* A nós, pessoalmente, Lassalle sempre se declarou discípulo de Marx e, como tal, em consonância natural com o *Manifesto*. Diferentemente, portanto, daqueles seus adeptos que jamais foram além da exigência do próprio Lassalle de cooperativas de produção apoiadas por crédito estatal e que, assim, dividiram toda a classe trabalhadora em apoiadores do Estado e apoiadores de si próprios. [nota de engels]

Prefácio à segunda edição polonesa de 1892

O fato de uma nova edição polonesa do *Manifesto comunista* ter se tornado uma necessidade enseja uma série de considerações.

Notável é, em primeiro lugar, que o *Manifesto* tenha, em tempos recentes, se transformado em certa medida num barômetro do desenvolvimento da grande indústria no continente europeu. Na mesma medida em que a grande indústria se expande em um país, cresce também, entre os trabalhadores desse mesmo país, o desejo de se esclarecer sobre seu posicionamento, como classe trabalhadora, ante as classes possuidoras, espraiando-se em seu meio o movimento socialista e aumentando a demanda pelo *Manifesto*. Assim, a partir do número de exemplares do *Manifesto* que circula na língua de um país, pode-se medir com razoável precisão não apenas a situação do movimento dos trabalhadores, mas também o grau de desenvolvimento da grande indústria no país em questão.

Nesse sentido, esta nova edição polonesa do *Manifesto* caracteriza progresso decisivo da indústria na Polônia. E não se há de duvidar que tal progresso ocorreu de fato desde a edição anterior, dez anos atrás. A Polônia russa, a Polônia do Congresso, tornou-se a grande região industrial do império russo. Enquanto a grande indústria

russa se revela dispersa — uma parte à margem do golfo finlandês, outra no meio do país (em Moscou e Vladimir), outra ainda junto do mar Negro e do mar de Azov, além de porções espalhadas por outros recantos —, a polonesa se mostra compactada no interior de um espaço relativamente pequeno e desfruta das vantagens e desvantagens decorrentes dessa concentração. As vantagens foram reconhecidas pelos fabricantes russos ao demandar tarifas protecionistas contra seus concorrentes poloneses, a despeito do desejo ardente de transformar os poloneses em russos. As desvantagens — tanto para os fabricantes poloneses como para o governo russo — se mostram na veloz propagação de ideias socialistas entre os trabalhadores poloneses e na crescente demanda pelo *Manifesto*.

O rápido desenvolvimento da indústria polonesa, que suplantou a russa, constitui, por sua vez, renovada comprovação da indestrutível energia vital do povo polonês e nova garantia de sua iminente recuperação nacional. Contudo, a recuperação de uma Polônia independente e forte é coisa que não diz respeito apenas aos poloneses, mas a todos nós também. Uma sincera atuação internacional conjunta das nações europeias só é possível se cada uma delas gozar de total autonomia dentro dos domínios de sua própria casa. Por intermédio de seus testamenteiros Luís Bonaparte e Bismarck, a revolução de 1848 — a qual, sob a bandeira proletária, permitiu aos combatentes proletários tão somente realizar o trabalho da burguesia — impôs a independência da Itália, da Alemanha e da Hungria. A Polônia, porém, que desde 1792 tinha feito mais pela revolução do que aqueles três juntos, foi abandonada a sua própria sorte quando, em 1863, sucumbiu a um poderio russo dez vezes maior que o seu. A nobreza não foi capaz nem de manter nem de reconquistar a independência da Polônia; à burguesia, ela é hoje no

mínimo indiferente. E, no entanto, essa independência constitui uma necessidade para a atuação conjunta e harmoniosa das nações europeias. Apenas o jovem proletariado polonês poderá conquistá-la, o que significa que ela está em boas mãos. Isso porque a independência da Polônia é tão necessária aos trabalhadores do restante da Europa quanto ela o é aos próprios trabalhadores poloneses.

f. engels

Londres, 10 de fevereiro de 1892

Ao leitor italiano

prefácio à edição italiana de 1893

A publicação do *Manifesto do Partido Comunista* coincidiu quase que exatamente com o 18 de março de 1848, ou seja, com as revoluções de Milão e Berlim, quando, no centro do continente europeu, por um lado, e do mar Mediterrâneo, por outro, sublevaram-se duas nações que, até então, em decorrência do enfraquecimento provocado pela fragmentação territorial e pela desavença interna, encontravam-se sob dominação estrangeira. Se a Itália estava submetida ao imperador austríaco, a Alemanha, ainda que não diretamente, via-se obrigada a suportar o jugo não menos pesado do czar de todos os russos. As repercussões do 18 de março de 1848 libertaram tanto uma como outra dessa ignomínia. Se as duas grandes nações do período que se estendeu de 1848 a 1871 foram restabelecidas e, em certa medida, entregues de volta a si mesmas, isso se deu, como afirmou Karl Marx, porque as mesmas pessoas que derrotaram a revolução de 1848 acabaram por, a contragosto, se transformar em testamenteiros dela.

Por toda parte, a revolução foi, à época, obra da classe trabalhadora. Foi esta que ergueu barricadas e pôs em risco a própria vida. Somente os trabalhadores de Paris tinham, ao derrubar o governo, a intenção expressa de derrubar o regime burguês. Mas, por maior que fosse sua

consciência do antagonismo inevitável existente entre sua própria classe e a burguesia, nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual da massa trabalhadora francesa tinham alcançado aquele patamar que tornaria possível uma remodelação da sociedade. Por isso, os frutos da revolução foram colhidos, em última instância, pela classe capitalista. Nos demais países — Itália, Alemanha, Áustria, Hungria —, o que os trabalhadores fizeram, já desde o início, nada mais foi que pôr a burguesia no poder. Em país nenhum, no entanto, pode o domínio da burguesia prescindir da independência nacional. Assim sendo, a revolução de 1848 tinha de promover a unidade e a independência daquelas nações que até então não as possuíam: Itália, Alemanha e Hungria; a seu tempo, a Polônia as seguirá.

Ainda que, portanto, a revolução de 1848 não tenha sido uma revolução socialista, ela por certo pavimentou o caminho para uma tal revolução, preparou o caminho para ela. Nos últimos 45 anos, com o desenvolvimento da grande indústria em todos os países, o regime burguês deu origem por toda parte a um proletariado numeroso, coeso e forte; ou, para empregar uma expressão do próprio *Manifesto*, produziu seus próprios coveiros. Sem o restabelecimento da independência e da unidade de cada nação europeia, não teriam podido se concretizar nem a união internacional do proletariado nem uma atuação conjunta pacífica e sensata dessas nações, visando à obtenção de objetivos comuns. Imagine-se uma atuação internacional conjunta dos trabalhadores italianos, húngaros, alemães, poloneses e russos sob as condições políticas anteriores a 1848!

As batalhas de 1848 não foram, portanto, vãs, assim como vãos tampouco foram os 45 anos que nos separam daquela etapa revolucionária. Os frutos estão amadurecendo, e meu desejo é que a publicação desta tradução italiana do *Manifesto* constitua para a vitória do

proletariado italiano o bom presságio que a publicação do original significou para a revolução internacional.

O *Manifesto* faz plena justiça ao papel revolucionário que o capitalismo desempenhou no passado. A primeira nação capitalista foi a Itália. Uma figura colossal marcou o fim da Idade Média feudal e o princípio da era capitalista moderna: o italiano Dante, que foi a um só tempo o último poeta da Idade Média e o primeiro da Idade Moderna. Hoje, como por volta de 1300, inicia-se uma nova época histórica. A Itália nos dará o novo Dante, arauto a proclamar o nascimento da era do proletariado?

friedrich engels
Londres, 1o de fevereiro de 1893

Manifesto do Partido Comunista

Um fantasma circula pela Europa — o fantasma do comunismo. Todas as potências da velha Europa se aliaram numa caçada santa a esse fantasma: o papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães.

Que partido oposicionista não é acusado de comunista por seus adversários no governo? Que partido de oposição não atira de volta a pecha estigmatizante do comunismo tanto contra os colegas mais progressistas como contra seus adversários reacionários?

Duas coisas decorrem desse fato.

O comunismo já é reconhecido como um poder por todas as potências europeias.

Está mais do que na hora de os comunistas exporem abertamente ao mundo inteiro seus pontos de vista, seus objetivos, suas tendências, e de contrapor à lenda^{V1} do fantasma do comunismo um manifesto de seu próprio partido.

Com esse propósito, comunistas das mais diversas nacionalidades se reuniram em Londres e redigiram o manifesto que se segue, a ser publicado em inglês, francês, alemão, flamengo e dinamarquês.

i
Burgueses e proletários¹

Até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes.²

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz — em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em oposição, travando luta ininterrupta, ora velada, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou com a reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com o ocaso conjunto das classes em luta.

Em épocas anteriores da história, encontramos por quase toda parte uma estratificação completa da sociedade em diferentes estamentos, uma variegada gradação das posições sociais. Na Roma Antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassalos, mestres de corporação, aprendizes e servos, além de outras gradações especiais no interior de quase todas essas classes.

A moderna sociedade burguesa, nascida do ocaso da sociedade feudal, não aboliu tais antagonismos de classes. O que ela fez foi apenas colocar novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.

Nossa época, porém, a época da burguesia, se caracteriza por ter simplificado os antagonismos de

classe. Toda a sociedade se divide mais e mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes frontalmente opostas: a burguesia e o proletariado.

Dos servos da Idade Média saíram os moradores dos burgos das primeiras cidades; e a partir destes desenvolveram-se os primeiros elementos da burguesia.

A descoberta da América e a circum-navegação da África criaram novo território para a burguesia crescente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América e as trocas com as colônias — a multiplicação dos meios de troca e das mercadorias em si — deram impulso jamais visto ao comércio, à navegação marítima e à indústria, conferindo, assim, rápido desenvolvimento ao elemento revolucionário na sociedade feudal em desintegração.

O modo de funcionamento da indústria, até então feudal ou corporativo, já não dava conta de atender à necessidade que crescia com os novos mercados. Substituiu-o a manufatura. Os mestres de corporação foram desalojados pelo estamento médio industrial; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu perante a divisão do trabalho no interior das próprias oficinas.

Os mercados, no entanto, seguiram crescendo cada vez mais, tanto quanto a demanda. A própria manufatura já não bastava. Foi quando o vapor e as máquinas revolucionaram a produção industrial. O lugar da manufatura foi ocupado pela grande indústria moderna; o do estamento médio industrial, pelos milionários da indústria, os chefes de exércitos industriais inteiros, os modernos burgueses.

A grande indústria produziu o mercado mundial, que a descoberta da América preparara. O mercado mundial deu ao comércio, à navegação marítima e às comunicações por terra entre os países desenvolvimento incomensurável. E esse desenvolvimento, por sua vez,

retroagiu sobre a expansão industrial; na mesma medida em que indústria, comércio, navegação marítima e estradas de ferro se expandiam, desenvolvia-se também a burguesia, multiplicavam-se seus capitais, e ela empurrou para segundo plano todas as classes oriundas da Idade Média.

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações nos modos de produção e circulação.

Cada um desses estágios do desenvolvimento da burguesia se fez acompanhar do correspondente progresso político.^{V2} Estamento oprimido sob a dominação dos senhores feudais, associação armada e autogovernante^{V3} na comuna,³ ora república municipal independente,^{V4} ora terceiro estamento tributável da monarquia;^{V5} depois, à época da manufatura, contrapeso para a nobreza na monarquia estamental ou na absoluta, fundamento^{V6} central de todas as grandes monarquias — a burguesia por fim conquistou para si, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a exclusiva dominação política no moderno Estado representativo. O moderno poder estatal é apenas uma comissão que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa.

Ao longo da história, a burguesia desempenhou papel altamente revolucionário.

Onde quer que ela tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Esgarçou sem piedade os variados laços feudais que uniam o ser humano a seu superior natural, sem deixar outro vínculo a ligar seres humanos que não o puro interesse, o insensível “pagamento em dinheiro”. Ela afogou os sagrados calafrios do êxtase devoto, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-

burguesa, nas águas gélidas do cálculo egoísta. Dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca e substituiu as inúmeras liberdades conquistadas e garantidas por uma única: a inescrupulosa liberdade de comércio. Em resumo, a burguesia trocou a exploração envolta em ilusões religiosas e políticas pela exploração pura e simples, aberta, desavergonhada e direta.

Todas aquelas atividades desde sempre encaradas com temor respeitoso e devoto, a burguesia as despiu de sua auréola. Ela transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem das ciências em assalariados a seu serviço.

A burguesia removeu das relações familiares seu véu emotivo-sentimental, reduzindo-as a mera relação monetária.

A burguesia revelou como o dispêndio brutal de forças, que a reação tanto admira na Idade Média, encontrou seu complemento adequado na mais indolente ociosidade. Somente ela demonstrou o que a atividade humana é capaz de produzir. Erigiu maravilhas muito diferentes das pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos e das catedrais góticas, e promoveu marchas bastante diversas das migratórias ou daquelas das Cruzadas.

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção — ou seja, as relações de produção —, isto é, o conjunto das relações sociais. A manutenção inalterada do velho modo de produção era, ao contrário, condição primordial para a existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo ininterrupto de todas as condições sociais, incerteza e movimento eternos, eis aí as características que distinguem a época burguesa de todas as demais.^{V7} Todas as relações sólidas e enferrujadas, com seu séquito de venerandas e antigas

concepções e visões, se dissolvem; todas as novas envelhecem antes mesmo que possam se solidificar. Evapora-se toda estratificação, todo o estabelecido; profana-se tudo que é sagrado, e as pessoas se veem enfim obrigadas a enxergar com olhos sóbrios seu posicionamento na vida, suas relações umas com as outras.

Por todo o globo terrestre, a burguesia busca satisfazer a necessidade de um escoamento cada vez mais amplo para seus produtos. Ela precisa se implantar e se expandir por toda parte, estabelecer vínculos onde quer que seja.

Graças a sua^{v8} exploração do mercado mundial, ela conformou de modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, ela arrancou o solo nacional de debaixo dos pés da indústria. As antiquíssimas indústrias nacionais, ela as aniquilou e segue aniquilando dia após dia. Expulsam-nas novas indústrias, cujo surgimento torna-se questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas, indústrias que já não processam matéria-prima nativa, mas aquela proveniente de áreas as mais remotas, e cujos produtos são consumidos não apenas em seu próprio país, mas também, e simultaneamente, em todos os continentes. No lugar das antigas necessidades, antes atendidas por produtos nacionais, surgem outras, cuja satisfação demanda produtos de países e climas longínquos. Em lugar da velha autossatisfação e do velho isolamento local e nacional, surgem relações abrangentes, uma abrangente interdependência entre as nações. E isso tanto no que se refere à produção material quanto à intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se bens comuns. Cada vez mais impossível se faz a unilateralidade, a estreiteza nacional, e a partir das

muitas literaturas locais, nacionais, forma-se uma literatura universal.

Devido à rápida melhoria de todos os instrumentos de produção, à comunicação imensamente facilitada, a burguesia insere todos, até as nações mais bárbaras, no mundo civilizado. O preço baixo de suas mercadorias é a artilharia pesada com que ela põe abaixo toda e qualquer muralha da China, a arma mediante a qual ela força à capitulação a mais renitente xenofobia dos bárbaros. Obriga, pois, todas as nações a se apropriarem do modo de produção burguês, caso não desejem perecer; força-as a abraçar a assim chamada civilização, ou seja, a se tornarem burguesas. Em resumo, cria um mundo à sua imagem e semelhança.

A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades gigantescas, multiplicou em grande medida as populações urbanas em relação às rurais e, dessa forma, arrancou da idiotia da vida no campo significativa porção dessas populações. Assim como tornou o campo dependente da cidade, tornou também os países bárbaros e semibárbaros dependentes dos civilizados, a população camponesa dependente da burguesa, o Oriente dependente do Ocidente.

A burguesia abole cada vez mais a fragmentação dos meios de produção, da propriedade e das populações. Ela aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou em poucas mãos a propriedade. A consequência inevitável disso foi a centralização política. Províncias independentes, quase que tão somente aliadas, mas dotadas de interesses, leis, governos e aduanas diversos, foram reunidas à força em *uma* nação, *um* governo, *uma* lei, *um* interesse nacional de classe, *uma* fronteira aduaneira.

Em menos de um século de dominação como classe, a burguesia criou forças produtivas mais numerosas e colossais do que todas as gerações anteriores somadas.

Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, ferrovias, o telégrafo elétrico, expansão das áreas de cultivo em continentes inteiros e da navegação fluvial, populações inteiras brotadas do solo — que século anterior anteviu semelhantes forças produtivas adormecidas no regaço do trabalho social?

Vimos, portanto,^{V9} que a sociedade feudal gerou os meios de produção e circulação que constituíram a base para a formação da burguesia. Uma vez atingido certo patamar de desenvolvimento desses meios de produção e circulação, as condições em que a sociedade feudal produzia e comerciava, a organização feudal da agricultura e da manufatura — em suma, as relações feudais de propriedade —, deixaram de ser compatíveis com as forças de produção desenvolvidas. Elas inibiam a produção, em vez de estimulá-la. Transformaram-se em grilhões. Era necessário explodi-los, e assim foi feito.

Em seu lugar, surgiu a livre concorrência, acompanhada da constituição social e política adequada a ela, da dominação econômica e política da classe burguesa.

Sob nossos olhos, movimento semelhante tem lugar. As relações burguesas de produção e circulação, as relações burguesas de propriedade, a moderna sociedade burguesa, que produziu a mágica de tão poderosos meios de produção e circulação, é um feiticeiro já incapaz de dominar os poderes subterrâneos que ele próprio conjurou. Há décadas, a história da indústria e do comércio é tão somente^{V10} a história da sublevação das modernas forças produtivas contra as relações de produção modernas, contra as relações de propriedade que compõem a condição vital da burguesia e de seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, recorrentes de tempos em tempos, põem em xeque a

própria existência de toda a sociedade burguesa de forma cada vez mais ameaçadora. Essas crises do comércio aniquilam regularmente grande parte não apenas dos produtos gerados, mas também^{V11} das forças produtivas já existentes. Nelas, irrompe uma epidemia social que pareceria um contrassenso a todas as épocas passadas: a epidemia da superprodução. De súbito, a sociedade vê-se lançada de volta a um estado de barbárie momentânea. A fome, uma generalizada guerra de extermínio^{V12} parece ter lhe cortado os gêneros alimentícios. A indústria e o comércio parecem ter se aniquilado. E por quê? Porque essa sociedade se torna possuidora de civilização demais, de gêneros alimentícios demais, de indústria e comércio demais. As forças produtivas à sua disposição deixam de servir de estímulo^{V13} às relações de propriedade burguesas; elas se tornaram demasiado poderosas para tais relações, que passam a inibir. E tão logo superada essa inibição, as forças produtivas mergulham em desordem o conjunto da sociedade, pondo em risco a existência inclusive da propriedade burguesa. As relações burguesas tornaram-se estreitas demais para comportar a riqueza que elas próprias geraram. E de que forma a burguesia supera essas crises? Por um lado, mediante a aniquilação forçada de toda uma massa de forças produtivas; por outro, graças à conquista de novos e à exploração mais aprofundada de^{V14} antigos mercados. De que forma, portanto? Dando origem a crises mais abrangentes e violentas e reduzindo os meios capazes de preveni-las.

As armas de que a burguesia se valeu para derrotar o feudalismo voltam-se agora contra a própria burguesia.

Ela, porém, não apenas forjou as armas que vão matá-la, mas gerou também os homens que vão empunhar essas armas: os trabalhadores modernos, os *proletários*.

Na mesma medida em que se desenvolve a burguesia — isto é, o capital — desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu próprio trabalho multiplica o capital. Esses trabalhadores, que precisam se vender a varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo vendido no comércio, sujeita, portanto, a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as oscilações do mercado.

Em virtude da expansão da maquinaria e da divisão do trabalho, o trabalho dos proletários perdeu todo caráter autônomo e, com isso, toda atratividade para os próprios trabalhadores.^{V15} O trabalhador torna-se mero acessório da máquina, do qual se exige apenas o mais simples e monótono movimento da mão, de aprendizado fácil. Os custos que o trabalhador acarreta restringem-se, assim, quase que tão somente ao dos víveres de que ele necessita para seu sustento e para a propagação de sua espécie. O preço de uma mercadoria, porém, e portanto do trabalho, é igual ao de seus custos de produção. À medida que cresce a repugnância pelo trabalho, diminui, pois, o salário. E mais: na mesma medida em que aumentam maquinaria e divisão do trabalho, aumenta também a quantidade^{V16} de trabalho, seja pela multiplicação da jornada, do trabalho exigido num dado período de tempo, do aumento do ritmo das máquinas etc.

A indústria moderna transformou a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. Massas de trabalhadores, comprimidas nas fábricas, são organizadas de maneira soldadesca. Como soldados rasos da indústria, elas são submetidas à supervisão de toda uma hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são apenas servos da classe burguesa,

do Estado burguês: são também, todo dia e a todo momento, transformados em servos das máquinas por seu supervisor e, sobretudo, pelos próprios fabricantes burgueses.^{V17} Esse despotismo é tanto mais mesquinho, detestável e amargurante quanto mais abertamente ele proclama ter por propósito^{V18} o lucro.

Quanto menos habilidade e força o trabalho manual demanda, ou seja, quanto mais a indústria moderna se desenvolve, mais o trabalho dos homens é substituído pelo das mulheres.^{V19} Em se tratando da classe trabalhadora, diferenças de sexo e idade já não têm importância social nenhuma. O que há são instrumentos de trabalho de custos variados, de acordo com idade e sexo.

Terminada a exploração do trabalhador por parte do fabricante com o pagamento em dinheiro da remuneração pelo trabalho, outros componentes da burguesia se lançam sobre ele, como o proprietário de sua casa, o merceiro, o penhorista etc.

Aqueles que até agora compunham os pequenos estratos médios — os pequenos produtores, os comerciantes, os que vivem de pequenas rendas, os artesãos e os camponeses —, todas essas classes mergulham no proletariado, em parte porque seu pequeno capital não basta para tocar a grande indústria, sucumbindo à concorrência com os grandes capitalistas, em parte porque sua habilidade se desvaloriza frente a novos modos de produção. Assim, o proletariado é recrutado de todas as classes da população.

O proletariado passa por diversos estágios de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa no momento mesmo em que ele surge.

De início, lutam trabalhadores isolados; depois, os trabalhadores de uma fábrica; e, a seguir, os trabalhadores de determinado ramo e lugar contra o

burguês que os explora diretamente. Seus ataques não se voltam apenas contra as relações de produção burguesas, mas também contra os próprios instrumentos de produção. Eles destroem as mercadorias concorrentes de outras partes, quebram as máquinas, põem fogo nas fábricas, buscando reconquistar a posição já desaparecida do trabalhador medieval.

Nesse estágio, os trabalhadores compõem uma massa esparramada por todo o país e fragmentada pela concorrência. Sua coesão em grande escala ainda não é consequência da própria união, mas da união da burguesia, que, para a obtenção de suas próprias metas políticas, precisa — e por enquanto ainda consegue — pôr em movimento todo o proletariado. Nesse estágio, portanto, os proletários não combatem seus inimigos, mas os inimigos de seus inimigos: os resquícios da monarquia absoluta, os proprietários de terras, a burguesia não industrial, os pequenos-burgueses. A totalidade do movimento histórico encontra-se, assim, concentrada nas mãos da burguesia. Cada vitória conquistada é uma vitória da burguesia.

O desenvolvimento da indústria, todavia, resulta não apenas na multiplicação do proletariado; comprimido em massas maiores, esse proletariado ganha força também, uma força que passa a sentir em maior medida. Os interesses e as condições de vida dentro desse proletariado se equivalem cada vez mais, à medida que as máquinas vão progressivamente apagando as diferenças no trabalho e, quase por toda parte, o salário é reduzido a um patamar baixo. A concorrência crescente no interior da própria burguesia e as crises comerciais daí resultantes fazem o salário dos trabalhadores oscilar cada vez mais; o rápido e incessante progresso da maquinaria torna toda a sua condição de vida mais e mais insegura; cada vez mais, as colisões entre trabalhadores e burgueses isolados ganham o caráter de

colisões entre duas classes. Com isso, os trabalhadores começam a formar coalisões contra os burgueses; eles se juntam na defesa de seus salários. Fundam eles próprios associações duradouras, a fim de se abastecer para as eventuais revoltas. Aqui e ali, a luta irrompe em sublevações.

De tempos em tempos, os trabalhadores vencem, mas apenas de forma efêmera. A verdadeira consequência de suas lutas não é a vitória imediata, mas a unificação cada vez mais abrangente dos trabalhadores. Estimula-a o crescimento dos meios de comunicação, que, criados pela grande indústria, põem os trabalhadores das mais diversas partes em contato uns com os outros. Basta, porém, esse contato para centralizar numa luta nacional, numa luta de classes, as muitas lutas locais, todas elas de caráter idêntico. Mas toda luta de classes é uma luta política. E a unificação que, na Idade Média, com seus caminhos vicinais, demandou séculos para ser construída, os proletários modernos, com suas estradas de ferro, a produzem em poucos anos.

A própria concorrência entre os trabalhadores destrói a cada momento essa organização dos proletários numa classe e, assim, num partido político. Mas a organização sempre renasce, mais forte, mais sólida e mais poderosa. Ela obtém à força o reconhecimento de interesses isolados dos trabalhadores sob a forma de lei, valendo-se para tanto das cisões da própria burguesia. Assim foi com a jornada de trabalho de dez horas na Inglaterra.

As colisões no interior da velha sociedade estimulam de diversas formas o ritmo de desenvolvimento do proletariado. A burguesia encontra-se em luta permanente. De início, contra a aristocracia; depois, contra outras frações da própria burguesia cujos interesses entram em contradição com o desenvolvimento da indústria; e, sempre, contra a burguesia dos demais países. Em todas essas lutas, ela

se vê obrigada a apelar para o proletariado, a recorrer a sua ajuda e, assim, a arrastá-lo para o movimento político. Portanto, a burguesia alimenta o proletariado de seus próprios elementos formativos,^{V20} ou seja, de armas contra si mesma.

Além disso, como vimos, o progresso da indústria lança porções inteiras da classe dominante no proletariado, ou no mínimo constitui ameaça às condições de vida dessas pessoas. Também elas alimentam o proletariado com uma massa de elementos formativos.^{V21}

Por fim, em épocas nas quais a luta de classes se aproxima de uma decisão, o processo de dissolução dentro da classe dominante, dentro de toda a velha sociedade, assume caráter tão veemente, tão agudo, que uma pequena porção dessa classe dominante renuncia a ela e se junta à classe revolucionária, àquela que tem o futuro nas mãos. Assim como, no passado, uma parte da nobreza se passou para a burguesia, agora uma parte da burguesia se passa para o proletariado, e, mais especificamente, uma parte dos ideólogos da burguesia: aqueles que lograram alcançar a compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto.

De todas as classes que hoje confrontam a burguesia, apenas o proletariado constitui uma classe verdadeiramente revolucionária. As demais perecem, sucumbem ante a grande indústria; o proletariado é seu produto mais característico.

Os estratos médios — o pequeno industrial, o pequeno comerciante, o artesão, o camponês — combatem a burguesia para evitar sua extinção como estratos médios. Não são, portanto, revolucionários, e sim conservadores. Mais do que isso, são reacionários, buscam^{V22} girar para trás a roda da história. Quando são revolucionários, eles o são em vista da iminente transição para o proletariado; não defendem, pois, seus

interesses presentes, e sim os futuros; abandonam seu ponto de vista para assumir o do proletariado.

O lumpenproletariado, esse apodrecimento passivo das camadas inferiores da velha sociedade, é, aqui e ali, lançado no movimento por uma revolução proletária; mas, por sua própria situação, ele se revelará mais disposto a se deixar comprar por conspirações reacionárias.

As condições de vida da velha sociedade já foram aniquiladas da vida do proletariado. O proletário não tem propriedade nenhuma; sua relação com esposa e filhos nada mais possui em comum com as relações familiares burguesas; o trabalho industrial moderno, a moderna sujeição ao capital — que é a mesma na Inglaterra como na França, nos Estados Unidos como na Alemanha —, arrancou do trabalhador todo e qualquer caráter nacional. As leis, a moral e a religião são também, para ele, outros tantos preconceitos burgueses por trás dos quais se ocultam interesses burgueses.

No passado, todas as classes que conquistaram poder procuraram assegurar a posição já adquirida submetendo o conjunto da sociedade aos requisitos de seu ganho. Os proletários só podem conquistar para si as forças produtivas da sociedade na medida em que puserem fim a seu modo peculiar de apropriação e, com isso, a todo e qualquer modo de apropriação existente. Eles não têm o que assegurar para si; cabe-lhes destruir toda segurança e toda garantia à propriedade privada.^{V23}

Até hoje, todos os movimentos foram ou movimentos de minorias ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autônomo da imensa maioria em favor dos interesses dessa imensa maioria. O proletariado, a mais inferior das camadas da sociedade de hoje, não pode se erguer, não tem como se levantar,

sem que voe pelos ares a superestrutura das camadas que compõem a sociedade oficial.

A luta do proletariado contra a burguesia é, de início, uma luta nacional, não em seu conteúdo, mas em sua forma. Evidentemente, o proletariado de cada país precisa, em primeiro lugar, se haver com sua própria burguesia.

Ao esboçar aqui as fases gerais do desenvolvimento do proletariado, acompanhamos a guerra civil mais ou menos oculta no interior da sociedade existente até o ponto em que ela irrompe em franca revolução, e, com a queda violenta da burguesia, o proletariado estabelece, então, sua dominação.

Até hoje, como vimos, todas as sociedades sempre se assentaram na oposição entre as classes opressoras e oprimidas. Contudo, para que uma classe possa ser oprimida, é preciso que lhe sejam asseguradas condições sob as quais ela possa ao menos levar sua existência servil. O servo, em sua servidão, fez-se membro da comuna, assim como, sob o jugo do absolutismo feudal, o pequeno-burguês se transformou em burguês. O trabalhador moderno, ao contrário, em vez de se erguer com o progresso da indústria, afunda cada vez mais, abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador transforma-se em miserável, e a miséria desenvolve-se com rapidez^{V24} ainda maior que a população e a riqueza. Evidencia-se, assim, claramente que a burguesia é incapaz de se manter por mais tempo como a classe dominante da sociedade e de impor a ela, como lei reguladora, as condições de vida de sua classe. Ela é incapaz de dominar em razão de sua incapacidade de assegurar a seu escravo até mesmo uma existência no interior dessa escravidão, vendo-se obrigada a rebaixá-lo a uma condição na qual, em vez de se alimentar dele, precisa alimentá-lo. A sociedade não

pode viver sob ela, ou seja, a vida da burguesia deixa de ser compatível com a sociedade.

A condição essencial^{V25} para a existência e a dominação da classe burguesa é a acumulação da riqueza em mãos privadas, a formação e a multiplicação do capital; a condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado, por sua vez, se assenta exclusivamente na concorrência entre os trabalhadores. O progresso da indústria, de que a burguesia — sem o desejar e sem opor resistência a ele — é pilar, põe no lugar do isolamento pela concorrência a união revolucionária dos trabalhadores em associações. Assim, o desenvolvimento da grande indústria tira da burguesia o próprio chão sobre o qual ela produz e se apropria de produtos. O que ela produz é, sobretudo, seu próprio coveiro.^{V26} Sua derrota e a vitória do proletariado são, ambas, inevitáveis.

ii Proletários e comunistas

Que relação, afinal, têm os comunistas com os proletários?

Comparados aos demais partidos de trabalhadores, os comunistas não formam um partido específico.

Eles não têm interesses diversos daqueles que são os interesses de todo o proletariado.

Não propõem princípios específicos^{V27} com base nos quais pretendam moldar o movimento proletário.

Os comunistas só se diferenciam dos demais partidos proletários pelo fato de, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, eles, por um lado,^{V28} ressaltarem e fazerem valer os interesses comuns da totalidade do proletariado, independentemente de nacionalidade; por outro lado, distingue-os também, nos diferentes estágios de desenvolvimento que a luta entre proletariado e burguesia atravessa, a defesa constante do interesse do conjunto do movimento.

Os comunistas são, portanto, na prática, a porção decisiva dos partidos de trabalhadores de todos os países, a força sempre a impulsioná-los adiante; eles percebem, na teoria, antes da massa restante do proletariado, as condições, o curso e o resultado geral do movimento proletário.

O objetivo imediato dos comunistas é o mesmo de todos os demais partidos proletários: a constituição do proletariado como classe, a derrubada da dominação burguesa e a conquista do poder político pelo proletariado.

Os postulados teóricos dos comunistas não se assentam, de maneira alguma, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformador do mundo.

Eles constituem apenas expressões gerais das condições de fato de uma luta de classes real, de um movimento histórico que se desenrola diante de nossos olhos. A supressão das presentes relações de propriedade não é característica singular do comunismo.

Todas as relações de propriedade sempre estiveram à mercê de uma história em constante mutação, decorrendo desses câmbios frequentes na história.

A Revolução Francesa, por exemplo, suprimiu a propriedade feudal em favor da burguesa.

O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa.

A moderna propriedade privada burguesa, no entanto, é a expressão última e mais perfeita daquilo que é gerar e se apropriar de produtos com base nos antagonismos de classes, na exploração de uma classe pela outra.^{V29}

Nesse sentido, o comunismo pode resumir sua teoria numa única expressão: a abolição da propriedade privada.

A nós, comunistas, já acusaram de querer suprimir a propriedade adquirida individualmente pela via do trabalho, aquela propriedade que constituiria a base de toda liberdade, de toda atividade e de toda autonomia pessoal.

Propriedade conquistada, adquirida, resultante de merecimento pessoal! Falam os senhores daquela propriedade do pequeno-burguês ou do pequeno camponês a qual precedeu a propriedade burguesa? Essa, não precisamos suprimir, porque o desenvolvimento da indústria já a suprimiu e segue fazendo-o dia após dia.

Ou falam os senhores da moderna propriedade privada burguesa? O trabalho assalariado, o trabalho do proletário, porventura lhe cria propriedade? De jeito nenhum. O que ele cria é o capital — isto é, a propriedade que o explora e que só pode multiplicar-se na medida em que gera mais trabalho assalariado que possa, de novo, explorar. A propriedade, em sua configuração atual, se move pela oposição entre capital e trabalho assalariado. Examinemos os dois lados dessa oposição.

Ser capitalista significa assumir uma posição não apenas puramente pessoal, mas também uma posição social na produção. O capital é um produto coletivo, algo que só pode ser posto em movimento pela atividade conjunta de muitos membros da sociedade, ou, em última instância, pela atividade conjunta da totalidade de seus membros.

O capital, portanto, não é um poder pessoal, e sim um poder social.

Quando, pois, o capital é transformado em propriedade coletiva de todos os membros da sociedade, o que se tem não é a transformação de propriedade pessoal em propriedade social. O que se transforma aí é apenas o caráter social da propriedade. Ela perde sua componente de classe.

Vejamos o trabalho assalariado:

O preço médio do trabalho assalariado é a remuneração mínima, ou seja, a soma dos gêneros alimentícios necessários para manter vivo, e

trabalhando, o trabalhador. Assim, aquilo de que o trabalhador assalariado se apropria mediante sua atividade basta apenas para reproduzir sua vida nua e crua. Não queremos de modo algum suprimir esse apropriar-se dos produtos do trabalho com vistas à reprodução da vida pura e simples — um apropriar-se que não enseja ganho líquido resultante em poder sobre o trabalho de outros. O que queremos suprimir é apenas o caráter miserável dessa apropriação, que só permite que o trabalhador viva para multiplicar o capital, e apenas na medida em que essa vida seja do interesse da classe dominante.

Na sociedade burguesa, o trabalho vivo é apenas um meio para a multiplicação do trabalho acumulado. Na sociedade comunista, o trabalho acumulado é apenas um meio para a ampliação, o enriquecimento e a promoção da vida dos trabalhadores.

Assim, na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na comunista, é o presente que domina o passado. Na sociedade burguesa, o capital é autônomo e pessoal, ao passo que o indivíduo atuante é impessoal e destituído de autonomia.

E a abolição dessa situação é o que a burguesia chama de abolição da personalidade e da liberdade! Tem razão. Trata-se, todavia, da abolição da personalidade, autonomia e liberdade dos burgueses.

Dentro das atuais relações de produção burguesas, entende-se por liberdade o livre-comércio, a liberdade de comprar e vender.

Mas, não havendo barganha, tampouco haverá a livre-barganha. Todo o palavreiro sobre a livre-barganha, assim como todas as demais bravatas de nossa burguesia^{V30} sobre liberdade, só têm sentido em relação à barganha controlada, ao burguês avassalado da Idade Média, e não em relação à abolição comunista da

barganha, à abolição das relações de produção burguesas e da própria burguesia.

Horroriza os senhores o fato de querermos abolir a propriedade privada. A verdade, porém, é que ela já foi abolida para nove décimos dos membros da sociedade dos senhores; e é ao fato de não existir para nove décimos dessa sociedade que ela deve sua existência. Os senhores nos acusam, pois, de querer abolir uma propriedade que tem por pressuposto necessário a imensa maioria da sociedade não dispor de propriedade nenhuma.

Os senhores nos acusam, em resumo, de querer abolir a sua propriedade. E é isso mesmo que queremos.

A partir do momento em que o trabalho não mais puder ser transformado em capital, em dinheiro, em renda fundiária — em suma, em um poder social monopolizável; ou seja, a partir do momento em que a propriedade pessoal não mais puder se tornar propriedade burguesa, desse momento em diante, declaram os senhores, a pessoa humana estaria abolida.

Confessam, portanto, que, por pessoa, entendem ninguém mais que o burguês, o proprietário burguês. Pois essa pessoa deve, sim, ser abolida.

O comunismo não tira de ninguém o poder de se apropriar de produtos sociais; tira, sim, apenas o poder de, mediante essa apropriação, subjugar o trabalho de outros.

Já se objetou que, com a abolição da propriedade, cessaria toda e qualquer atividade, espalhando-se uma indolência generalizada.

Se assim fosse, a sociedade burguesa já teria há tempos sucumbido à preguiça. Sim, porque *aqueles* que nela trabalham nada ganham, ao passo que *os* que ganham não trabalham. Trata-se de uma preocupação que redundaria na seguinte tautologia: não mais havendo capital, deixa de haver trabalho assalariado.

Todas as restrições feitas ao modo de apropriação e produção comunista dos produtos materiais estendem-se também à apropriação e produção de produtos intelectuais. Assim como, para o burguês, o fim da propriedade de classe significa o fim da própria produção, também o fim da formação cultural de classe é, para ele, o fim da formação em si.

A formação cujo fim o burguês lamenta é, para a enorme maioria, a formação que transforma o homem em máquina.

Mas não briguem conosco ao avaliar a abolição da propriedade burguesa com base em suas concepções burguesas de liberdade, formação cultural, justiça etc. As próprias ideias dos senhores são produto das relações burguesas de produção e propriedade, assim como sua justiça é apenas a vontade de uma classe transformada em lei, uma vontade cujo conteúdo está dado nas condições materiais de vida da classe dos senhores.

A concepção interessada segundo a qual os senhores transformam suas relações de produção e propriedade de relações históricas, passageiras no curso da produção, em leis da natureza e da razão é algo comum a todas as classes dominantes já desaparecidas. O que os senhores entendem por propriedade antiga, o que entendem por propriedade feudal, já não se aplica à propriedade burguesa.

Abolição da família! Até os mais radicais exaltam-se com essa intenção vergonhosa dos comunistas.

Sobre o que repousa a família atual, burguesa? Sobre o capital, o lucro privado. Plenamente desenvolvida, ela só existe para a burguesia; mas encontra seu complemento na família obrigatoriamente inexistente dos proletários e na prostituição pública.

Naturalmente, a família burguesa desaparece com o desaparecimento desse seu complemento, e ambos se extinguem com a extinção do capital.

Censuram-nos os senhores por defendermos a abolição da exploração dos filhos pelos pais? Confessamos esse crime.

Mas, dizem os senhores, abolimos as relações mais íntimas ao substituir a educação doméstica pela social.

Não é, porém, também a educação dos senhores determinada pela sociedade? Não é ela determinada pelas relações sociais a partir das quais os senhores educam, com a ingerência direta ou indireta da sociedade, por intermédio das escolas etc.? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade na educação: eles apenas mudaram seu caráter, arrancando a educação da esfera de influência da classe dominante.

O palavrório burguês acerca da família, da educação e da relação íntima de pais e filhos se torna tanto mais enojante quanto mais a grande indústria esgarça todos os laços familiares dos proletários e transforma seus filhos em artigos de comércio e instrumentos de trabalho.

Mas vocês, comunistas, querem implantar a comunhão de mulheres, grita toda a burguesia em coro.

O burguês vê em sua esposa um mero instrumento de produção. Ele ouve que os instrumentos de produção devem ser explorados comunitariamente e não consegue conceber outra coisa senão que o destino comunitário se aplica também às mulheres.

Ele não percebe que a questão é justamente abolir a posição das mulheres como meros instrumentos de produção.

De resto, nada é mais risível do que o horror moral de nossa burguesia à suposta comunhão oficial comunista de mulheres. Os comunistas não precisam implantar a comunhão das mulheres, porque ela quase sempre existiu.

Não contentes com o fato de ter à disposição as mulheres e filhas dos proletários — para nem falar na

prostituição oficial —, nossos burgueses têm por principal diversão seduzir as esposas uns dos outros.

O casamento burguês é, na realidade, a comunhão das esposas. No máximo, poder-se-ia criticar os comunistas por terem desejado^{V31} implantar uma comunhão oficial e franca das mulheres, em vez de uma comunhão hipócrita e oculta. É evidente, aliás, que, com a abolição das relações de produção atuais, também a comunhão das mulheres delas decorrentes — isto é, a prostituição oficial e a não oficial — desaparece.

Acusam, ademais, os comunistas de querer suprimir a pátria, as nacionalidades.

Os trabalhadores não têm pátria. Não se pode tirar deles o que não têm. Sendo imperativo que o proletariado, antes de mais nada, conquiste o domínio político, se erga em uma classe nacional^{V32} e se constitua em uma nação, ele próprio será nacional, ainda que não no sentido burguês do termo.

Já com o desenvolvimento da burguesia, com a liberdade de comércio, com o mercado mundial, com a uniformidade da produção industrial e com as condições de vida dela decorrentes, as especificidades e diferenças entre os povos vão desaparecendo cada vez mais.

O domínio do proletariado vai fazê-las desaparecer ainda mais. A ação unitária, ao menos nos países civilizados, é uma das primeiras condições para sua libertação.

À medida que se abolir a exploração de um indivíduo pelo outro, abolir-se-á também a exploração de uma nação pela outra.

Juntamente com a oposição das classes no interior de uma nação^{V33} cai a postura hostil das nações umas em relação às outras.

As acusações feitas ao comunismo dos pontos de vista religioso, filosófico e ideológico não carecem de

ulteriores explicações.

É necessária uma percepção profunda para compreender que, com as condições de vida das pessoas, com suas relações sociais e com sua existência em sociedade, modificam-se também suas representações, seus pontos de vista e seus conceitos — ou, numa palavra, sua consciência?

O que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se reconfigura com a produção material? As ideias dominantes em todas as épocas sempre foram aquelas da classe dominante.

Fala-se de ideias que revolucionam toda uma sociedade. O que isso exprime é apenas o fato de, no interior da velha sociedade, terem se formado elementos de uma nova e de a abolição das velhas ideias caminhar lado a lado com a abolição das velhas condições de vida.

Quando o mundo antigo estava prestes a sucumbir, as velhas religiões foram derrotadas pela religião cristã. Quando, no século xviii, as ideias cristãs foram sobrepujadas pelas do Esclarecimento, a sociedade feudal travou sua batalha mortal contra a burguesia, à época, revolucionária. As ideias de liberdade de consciência e de religião apenas deram expressão ao domínio da livre-concorrência no terreno do saber.^{V34}

“Mas, se ideias religiosas, morais, filosóficas, políticas, jurídicas etc. se modificaram no curso do desenvolvimento histórico”, dirão, “a religião, a moral, a filosofia, a política, o direito sempre se mantiveram em meio à mudança. Além disso, há verdades eternas, como a liberdade, a justiça etc., que são comuns a todos os estados da sociedade. O comunismo, contudo, abole essas verdades eternas; abole a religião, a moral, em vez de lhes dar nova forma; contradiz, portanto, todos os desenvolvimentos históricos até o presente momento.”

A que se reduz essa acusação? Até hoje, a história de toda a sociedade se moveu por antagonismos de classes que, em épocas diversas, assumiram formas diversas.

Qualquer que tenha sido a forma assumida, porém, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um dado comum a todos os séculos passados. Não admira, pois, que a consciência social de todos os séculos, a despeito de toda a variedade e diversidade, se mova de acordo com certas formas comuns, com formas de consciência^{V35} que somente com o total desaparecimento dos antagonismos de classes se dissolverão por completo.

A revolução comunista constitui o rompimento mais radical das relações tradicionais de propriedade; não admira, pois, que, no curso de seu desenvolvimento, a ruptura com as ideias tradicionais seja também a mais radical.

Mas, deixemos de lado as objeções da burguesia ao comunismo.

Já vimos, acima, que o primeiro passo da revolução dos trabalhadores é alçar o proletariado à condição de classe dominante, é conquistar a democracia.

O proletariado usará sua dominação política para, pouco a pouco, arrancar da burguesia todo o capital, centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado — isto é, do proletariado organizado como classe dominante — e multiplicar o mais rapidamente possível a massa das forças de produção.

De início, é claro que isso só pode acontecer por intermédio de intervenções despóticas no direito de propriedade e nas relações de produção burguesas, ou seja, por intermédio de medidas que parecem economicamente insuficientes e insustentáveis, mas que, no curso do movimento, transcenderão a si mesmas e

são inevitáveis como meio de transformação da totalidade do modo de produção.

Naturalmente, essas medidas serão diferentes nos diferentes países.

Para os países mais desenvolvidos, no entanto, aplicar-se-ão de forma geral as que seguem:

1. Expropriação da propriedade fundiária e utilização das rendas da terra nas despesas do Estado.

2. Forte imposto progressivo.

3. Supressão do direito de herança.

4. Confisco da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes.

5. Centralização do crédito nas mãos do Estado mediante um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo.

6. Centralização dos transportes^{V36} nas mãos do Estado.

7. Multiplicação das fábricas nacionais, dos instrumentos de produção; expansão e melhoria das terras para o cultivo segundo um plano comunitário.

8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, criação de exércitos industriais, sobretudo para a agricultura.

9. União das atividades agrícolas e industriais, empenho na eliminação gradativa da diferença^{V37} entre cidade e campo.

10. Educação pública e gratuita para todas as crianças. Eliminação do trabalho infantil nas fábricas em sua forma atual. Associação da educação com a produção material etc.^{V38}

No curso do desenvolvimento, uma vez desaparecidas as diferenças de classe e estando toda a produção nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perde seu caráter político. O poder político, em seu sentido real, é o poder organizado de uma classe para a opressão

de outra. Se, na luta contra a burguesia, o proletariado, por necessidade, se une numa classe, torna-se a classe dominante por meio de uma revolução e, como classe dominante, se vale de seu poder para abolir as velhas relações de produção, com isso ele abole também as condições para a existência do antagonismo de classes, abole as próprias classes^{V39} e, desse modo, sua própria dominação como classe.

No lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos.

As literaturas socialista e comunista

1. o socialismo reacionário

a. O socialismo feudal

Por sua posição histórica, as aristocracias francesa e inglesa estavam fadadas a escrever panfletos contra a moderna sociedade burguesa. Tanto na revolução de julho de 1830, na França, como no movimento reformista inglês, a aristocracia tornou a sucumbir à detestada arrivista. Já não se podia falar aí em uma luta política séria. Restou-lhe apenas a luta literária. Contudo, também no domínio da literatura, o velho palavreiro do tempo da Restauração tornara-se inviável.⁴ Com o intuito de despertar simpatia, a aristocracia, ao que parece, precisou pôr de lado seus próprios interesses e formular seu libelo acusatório contra a burguesia de acordo apenas com o interesse da classe explorada dos trabalhadores. Ressarciu-se, assim, permitindo-se entoar zombarias ao novo soberano e sussurrar-lhe ao ouvido profecias mais ou menos prenhes de infortúnios.

Foi assim que surgiu o socialismo feudal, um misto de lamento, pasquim, eco do passado e vaticínio das ameaças do futuro — por vezes, atingindo a burguesia no coração com veredictos amargos e espiritualmente dilacerantes, mas sempre causando impressão engraçada, graças a sua total incapacidade de compreender o curso da história moderna.

A fim de reunir o povo atrás de si, esse socialismo sempre brandia o saquinho proletário de esmolas qual uma bandeira. Mas, tão logo o povo o seguia, divisava em seu traseiro os velhos brasões feudais e se perdia em altas e desrespeitosas gargalhadas.

Uma parte dos legitimistas franceses e a “Jovem Inglaterra” proporcionaram semelhante espetáculo.

Quando os feudais demonstram que seu modo de explorar exhibia forma diversa da exploração burguesa, esquecem-se eles apenas de que sua exploração se dava sob circunstâncias e condições inteiramente diferentes e já superadas. Quando provam que, sob seu domínio, o proletariado moderno não existia, esquecem-se tão somente de que a burguesia moderna foi o rebento lógico de sua ordem social.

De resto, ocultam em tão pouca medida o caráter reacionário de sua crítica que a principal acusação que fazem à burguesia é precisamente a de, sob o regime burguês, ter se desenvolvido uma classe que mandará pelos ares a totalidade da velha ordem social.

Censuram a burguesia antes por ter gerado um proletariado revolucionário do que apenas um proletariado.

Na prática política, comungam, portanto, de todas as medidas violentas tomadas contra a classe dos trabalhadores, e, na vida cotidiana, sentem-se à vontade para, a despeito de todo o inflado palavrorio, colher as maçãs douradas^{V40} e trocar lealdade, amor e honra pela barganha com lã, beterraba e aguardente.⁵

Assim como o padre sempre caminhou de mãos dadas com o senhor feudal, assim também o socialismo clerical caminha lado a lado com o feudal.

Nada mais fácil que dar à ascese cristã um ar socialista. Afinal, não se bateu também o cristianismo contra a propriedade privada, o casamento e o Estado?

Não propôs em seu lugar a beneficência e a pobreza, o celibato e a mortificação da carne, a vida monástica e a igreja? O socialismo cristão^{V41} é apenas a água benta com que o padre abençoa a irritação do aristocrata.

b. O socialismo pequeno-burguês

A aristocracia feudal não foi a única classe posta abaixo pela burguesia cujas condições de vida se deterioraram e definharam na moderna sociedade burguesa. Os moradores dos burgos da Idade Média e o estamento do pequeno campesinato foram os precursores da burguesia moderna. Naqueles países em que a indústria e o comércio são menos desenvolvidos, essas classes seguem vegetando, ao lado da burguesia ascendente.

Nos países em que a civilização moderna se desenvolveu, formou-se uma nova pequena-burguesia, que paira entre o proletariado e a burguesia e se renova continuamente como complemento da sociedade burguesa. Devido à concorrência, porém, seus membros são constantemente rebaixados ao proletariado. Com o desenvolvimento da grande indústria, eles veem avizinhar-se o momento em que desaparecerão por completo como porção autônoma da sociedade moderna, sendo substituídos no comércio, na manufatura e na agricultura por supervisores e empregados domésticos.

Em países como a França, onde a classe dos camponeses representa bem mais da metade da população, era natural que escritores favoráveis ao proletariado e contra a burguesia aplicassem o metro da pequena-burguesia e do pequeno campesinato em sua crítica ao regime burguês, tomando, assim, o partido dos

trabalhadores, mas do ponto de vista pequeno-burguês. Foi desse modo que se constituiu o socialismo pequeno-burguês. Sismondi é o principal nome dessa literatura, não apenas na França, mas também na Inglaterra.

Com grande perspicácia, esse socialismo dissecou as contradições das modernas relações de produção. Ele revelou os embelezamentos hipócritas de autoria dos economistas. Demonstrou de maneira irrefutável os efeitos destrutivos da maquinaria e da divisão do trabalho, a concentração dos capitais e da propriedade da terra, a superprodução, as crises, o ocaso necessário da pequena-burguesia e do pequeno campesinato, a miséria do proletariado, a anarquia na produção, a desproporção na distribuição da riqueza, a guerra de extermínio industrial travada pelos diversos países entre si, a dissolução dos velhos costumes, das velhas relações familiares e das velhas nacionalidades.

Em seu teor positivo, no entanto, esse socialismo deseja ou reimplantar os velhos meios de produção e circulação — e, com eles, as velhas relações de produção e a velha sociedade — ou aprisionar à força os modernos meios de produção e circulação nos moldes das velhas relações de produção que esses mesmos meios de produção modernos explodiram e tinham de explodir. Em ambos os casos, trata-se de um socialismo a um só tempo reacionário e utópico.

Corporativismo na manufatura e economia patriarcal no campo: são essas suas palavras definitivas.

Em seu ulterior desenvolvimento, essa tendência se perdeu em covarde choradeira.^{V42}

c. O socialismo alemão, ou o “verdadeiro” socialismo

As literaturas socialista e comunista na França, surgidas sob a pressão de uma burguesia dominante e como expressão literária da luta contra essa dominação, foram introduzidas na Alemanha em uma época em que a burguesia tinha acabado de dar início a sua luta contra o absolutismo feudal.

Filósofos, semifilósofos e belos espíritos alemães se apoderaram com avidez dessa literatura, esquecendo-se apenas de que as condições de vida na França não emigraram para a Alemanha juntamente com os escritos franceses. Diante da situação alemã, essa literatura francesa perdeu todo o seu sentido prático imediato, assumindo um aspecto puramente literário. A única impressão que ela podia causar era a de uma especulação ociosa acerca da realização da essência humana.^{V43} Assim sendo, para os filósofos alemães do século xviii, as demandas da primeira revolução francesa só podiam ser demandas gerais da “razão prática”, e as manifestações da vontade da burguesia revolucionária francesa significavam a seus olhos as leis da vontade pura, da vontade como ela tem de ser: a verdadeira vontade humana.

O trabalho exclusivo dos literatos alemães consistiu em harmonizar as novas ideias francesas com sua velha consciência filosófica, ou, antes, em se apropriar das ideias francesas a partir de seu ponto de vista filosófico.

Essa apropriação se deu da mesma forma como nos apropriamos de uma língua estrangeira, ou seja, pela via da tradução.

É sabido como os monges escreveram histórias católicas de santos, de muito mau gosto, por cima dos textos constantes dos manuscritos onde estavam

registradas as obras clássicas da antiguidade pagã. Os literatos alemães fizeram o contrário com a literatura profana francesa: acrescentaram seus absurdos filosóficos debaixo do original francês. Debaixo da crítica francesa às relações monetárias, por exemplo, escreveram “alienação da essência humana”; em seguida à crítica francesa do Estado burguês, acrescentaram “Abolição da soberania do geral abstrato”, e assim por diante.

À introdução desse palavreiro filosófico^{V44} nos escritos franceses chamaram “filosofia da ação”, “verdadeiro socialismo”, “ciência alemã do socialismo”, “fundamentação filosófica do socialismo” etc.

Desse modo, a literatura socialista-comunista francesa foi, literalmente, emasculada. E como, em mãos alemãs, ela deixou de dar expressão à luta de uma classe contra outra, os alemães acreditaram ter superado a “unilateralidade francesa”, acreditaram-se representantes da necessidade da verdade, em vez das verdadeiras necessidades, e dos interesses da essência humana, em vez daqueles do proletariado — ou seja, dos interesses do ser humano em si, um ser humano vinculado a classe nenhuma e a realidade nenhuma, apenas ao céu nebuloso da fantasia filosófica.

Esse socialismo alemão, que levou tão a sério seus solenes e desastrosos exercícios escolares, propagando-os bombasticamente aos quatro ventos, acabou por perder pouco a pouco sua inocência pedante.

A luta dos alemães, ou, mais especificamente, a luta da burguesia prussiana contra os senhores feudais e a monarquia absoluta — o movimento liberal, em suma — tornou-se mais séria.

Ao “verdadeiro” socialismo ofereceu-se, assim, a desejada oportunidade de contrapor ao movimento político as demandas socialistas, de arremessar os

anátemas tradicionais contra o liberalismo, contra o Estado representativo, contra a concorrência burguesa, contra a liberdade de imprensa burguesa, contra a justiça, a liberdade e a igualdade burguesas, e de pregar à massa popular que ela nada tinha a ganhar com esse movimento burguês, mas, antes, muito a perder. O socialismo alemão esqueceu-se bem a tempo de que a crítica francesa, da qual ele próprio era um eco banal, pressupunha^{V45} uma sociedade burguesa moderna, com suas respectivas condições de vida e uma constituição política adequada — pressupostos que, na Alemanha, tratava-se ainda de conquistar.

Aos governos absolutos alemães, com seu séquito de prelados, mestres-escolas, nobres rurais e burocratas, ele serviu de desejado espantelho a afugentar a burguesia que ameaçava ascender.

Foi o doce complemento às amargas chicotadas e balas de espingarda com que esses mesmos governos tratavam as revoltas alemãs de trabalhadores.

Se, nas mãos dos governos, o “verdadeiro” socialismo se transformou numa tal arma contra a burguesia alemã, ele foi também representante direto de um interesse reacionário: o interesse pequeno-burguês^{V46} alemão. Na Alemanha, a pequena-burguesia, herança do século xvi e desde então ressurgindo constantemente sob formas variadas, constitui a verdadeira base da situação reinante.

Sua preservação é a preservação da situação vigente na Alemanha. Seu temor diante do domínio industrial e político da burguesia é o da ruína certa, em consequência, por um lado, da concentração do capital e, por outro, do surgimento de um proletariado revolucionário. A essa pequena-burguesia, o “verdadeiro” socialismo pareceu ter matado dois coelhos com uma só cajadada. Ele se espalhou como uma epidemia.

O manto exuberante com que os socialistas alemães envolveram suas duas ou três “verdades eternas” petrificadas — um manto entretecido de especulativas teias de aranha, bordado com as flores retóricas do belo espírito e encharcado de caloroso orvalho sentimental —, esse manto só fez multiplicar a venda de suas mercadorias junto a esse público.

O socialismo alemão, por sua vez, reconheceu cada vez mais o seu ofício de pomposo representante dessa pequena-burguesia.

Ele proclamou que a nação alemã era a nação normal e que os pequeno-burgueses alemães eram os seres humanos normais. A cada vileza desse pequeno-burguês, ele deu um sentido oculto, superior, socialista, fazendo-a significar o oposto. E foi às últimas consequências na medida em que fez oposição direta à tendência “cruamente destrutiva” do comunismo e anunciou estar sua superioridade apartidária acima de toda luta de classes. Com pouquíssimas exceções, todos os escritos supostamente socialistas ou comunistas que circulam na Alemanha pertencem ao domínio dessa literatura suja e enervante.⁶

2. o socialismo conservador ou burguês

Uma parte da burguesia quer remediar os males sociais para garantir a sobrevivência da sociedade burguesa.

Encaixam-se nessa categoria economistas, filantropos, humanitários, pessoas desejosas de melhorar a situação das classes trabalhadoras, fundadores de organizações beneficentes, abolicionistas da crueldade contra animais, promotores das sociedades de temperança e reformistas

dos mais diversos matizes. E esse socialismo burguês chegou mesmo a embasar sistemas inteiros.

Como exemplo, podemos citar a “Filosofia da miséria” de Proudhon.

Os burgueses socialistas desejam as condições de vida da sociedade moderna, mas sem as lutas e os perigos que dela necessariamente decorrem. Querem a sociedade existente, com exceção daqueles elementos capazes de revolucioná-la ou dissolvê-la. Querem a burguesia sem o proletariado. Naturalmente, a burguesia imagina o mundo dominado por ela como o melhor dos mundos. O socialismo burguês expande essa ideia reconfortante num sistema parcial ou completo. Quando ele convoca o proletariado a concretizar tais sistemas e adentrar a nova Jerusalém, o que demanda, na verdade, é tão somente que o proletariado permaneça na sociedade atual, liberto, porém, de suas concepções hostis a respeito dela.

Uma outra forma desse socialismo — menos sistemática, mais prática — tentou indispor a classe trabalhadora contra todo e qualquer movimento revolucionário mediante a comprovação de que apenas uma modificação das condições materiais de vida, das condições econômicas, e não uma ou outra mudança política, podia lhe ser útil. O que, no entanto, esse socialismo entende por mudança das condições materiais de vida não é, de modo algum, a supressão das relações de produção burguesas — possível apenas por caminhos revolucionários —, e sim melhorias administrativas a serem implementadas no âmbito dessas mesmas relações de produção e que, portanto, nada mudam na relação entre capital e trabalho assalariado. Na melhor das hipóteses, o que essas melhorias fazem é reduzir os custos da dominação burguesa e facilitar sua administração do Estado.

O socialismo burguês encontra expressão adequada somente quando se transforma em mera figura retórica.

Livre-comércio no interesse da classe trabalhadora! Tarifas protecionistas no interesse da classe trabalhadora! Prisão em celas no interesse da classe trabalhadora! — essa é a última palavra do socialismo burguês, e a única que ele diz a sério.

O socialismo da burguesia consiste justamente na afirmação de que os burgueses são burgueses — no interesse da classe trabalhadora.

3. socialismo e comunismo crítico-utópico

Não nos referimos aqui àquela literatura que, em todas as grandes revoluções modernas, deram expressão às demandas do proletariado (os escritos de Babeuf etc.).

As primeiras tentativas do proletariado de, numa época de agitação geral, durante a derrocada da sociedade feudal, impor diretamente seu próprio interesse de classe só podiam falhar, tanto em virtude da configuração nada desenvolvida do próprio proletariado como da ausência das condições materiais para sua libertação, as quais só foram se concretizar como produto da época burguesa. A literatura revolucionária que acompanhou esses movimentos iniciais do proletariado revela, necessariamente, um conteúdo reacionário. Ela prega uma ascese generalizada e um igualitarismo rudimentar.

Os sistemas socialistas e comunistas de fato, aqueles de Saint-Simon, Fourier, Owen etc., surgem nos primórdios de uma luta ainda não desenvolvida entre proletariado e burguesia, período que já descrevemos acima. (Ver “Burgueses e proletários”.)

Os inventores desses sistemas veem, é certo, tanto os antagonismos das classes como a eficácia dos elementos a dissolver a sociedade dominante. Mas não identificam

nenhuma autonomia histórica, nenhum movimento político próprio, da parte do proletariado.

Como o desenvolvimento do antagonismo de classes caminha passo a passo com o desenvolvimento da indústria, tampouco encontram eles as condições materiais para a libertação do proletariado, buscando, então, uma ciência social, leis sociais capazes de criar essas condições.

A atuação social precisa ser substituída pela inventividade pessoal, as condições históricas para a libertação, por condições fantásticas, a organização paulatina do proletariado em classe, por uma organização da sociedade engendrada pela própria imaginação. A história universal em curso dissolve-se para eles em propaganda política e na execução prática de seus planos para a sociedade.

É certo que eles têm consciência de, em seus planos, estarem representando sobretudo o interesse da classe trabalhadora como a mais sofrida das classes. É somente sob esse ponto de vista da classe mais sofrida que o proletariado existe para eles.

Mas a forma não desenvolvida da luta de classes, assim como a própria condição de vida desses socialistas, faz com que eles se criam muito acima desse antagonismo de classes. Seu desejo é melhorar as condições de vida de todos os membros da sociedade, inclusive dos mais favorecidos. Com frequência, portanto, apelam a toda a sociedade, sem distinções, e mesmo, de preferência, à classe dominante. Basta que compreendam o sistema que propõem para que o reconheçam como o melhor plano possível para a melhor sociedade possível.

Assim sendo, censuram toda ação política, vale dizer, toda ação revolucionária. Querem atingir seu objetivo por vias pacíficas e procuram, por intermédio de pequenos experimentos, naturalmente malsucedidos, por meio da

força do exemplo, abrir caminho ao novo evangelho social.

A descrição fantástica^{V47} da sociedade do futuro nasce em^{V48} um momento em que o proletariado se apresenta ainda não desenvolvido, em que, portanto, ele ainda vê sua própria posição como fantástica; ela brota, pois, de um primeiro e pressagioso ímpeto rumo à reconfiguração geral da sociedade.

Contudo, esses escritos socialistas e comunistas compõem-se também de elementos críticos. Eles atacam todos os fundamentos da sociedade existente. Produzem, assim, material altamente valioso para o esclarecimento dos trabalhadores. Suas proposições positivas sobre a sociedade do futuro — por exemplo, a abolição da oposição entre cidade e campo, a abolição da família, do lucro privado, do trabalho assalariado, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em mero gestor da produção —, todas essas proposições nada mais fazem que expressar o desaparecimento do antagonismo de classes que começa a se desenhar e que eles só conhecem em suas primeiras manifestações, ainda indefinidas e disformes. São, portanto, proposições que ainda possuem um sentido puramente utópico.

A importância do socialismo e do comunismo crítico-utópico guarda relação inversa com o desenvolvimento histórico. Na mesma medida em que a luta de classes se desenvolve e se configura, perde valor prático e toda e qualquer justificativa teórica essa fantástica visão de cima, esse combate fantástico que ele dá à luta de classes. Se, por um lado, os iniciadores desses sistemas eram revolucionários em muitos aspectos, por outro, suas escolas sempre dão origem a seitas reacionárias. Elas se aferram às velhas concepções de seus mestres em face do desenvolvimento histórico do proletariado. Procuram, assim, de novo e continuamente, embotar a

luta de classes e intermediar as oposições. Seguem sonhando com a concretização experimental de suas utopias sociais, com a fundação de falanstérios isolados, o estabelecimento de *home colonies* e com a construção de uma pequena Icária — edição in-doze da nova Jerusalém;⁷ e, para erigir todos esses castelos imaginários, têm de apelar à filantropia dos corações e dos sacos de dinheiro dos burgueses. Pouco a pouco, entram na categoria, descrita acima, dos socialistas reacionários ou conservadores, deles diferenciando-se apenas^{V49} por um pedantismo mais sistemático, pela crença fanática nos efeitos milagrosos de suas ciências sociais.

Desse modo, opõem-se com amargura a todo movimento político dos trabalhadores, algo que só pode brotar da descrença cega no novo evangelho.

Os owenistas, na Inglaterra, e os fourieristas, na França, reagem, na primeira, aos cartistas e, na última, aos reformistas.

O posicionamento dos comunistas em relação aos diversos partidos oposicionistas

Pelo exposto no item ii, compreende-se a relação dos comunistas com os partidos já constituídos de trabalhadores, ou seja, sua relação com os cartistas, na Inglaterra, e com os reformistas agrários norte-americanos.

Eles lutam para alcançar os objetivos e interesses imediatos da classe dos trabalhadores, mas, no movimento atual, representam também o futuro desse mesmo movimento. Na França, os comunistas se juntam ao partido social-democrata⁸ contra a burguesia conservadora e radical, sem com isso abrir mão do direito de se posicionar criticamente em relação ao palavreado e às ilusões oriundas da tradição revolucionária.

Na Suíça, apoiam os radicais, sem desconhecer que esse partido se constitui de elementos contraditórios, em parte de socialistas democráticos, no sentido francês da expressão, em parte de burgueses radicais.

Na Polônia, os comunistas apoiam o partido que faz da revolução agrária pré-requisito para a libertação nacional, o mesmo partido que deu origem à insurreição de 1846 na Cracóvia.

Na Alemanha, o Partido Comunista luta em conjunto com a burguesia, sempre que esta age de forma

revolucionária, contra a monarquia absoluta, a propriedade feudal da terra e a pequena-burguesia.

Em nenhum momento, porém, deixa de inculcar nos trabalhadores a consciência mais clara possível da oposição hostil entre burguesia e proletariado, a fim de que os trabalhadores alemães possam voltar de pronto contra essa mesma burguesia as condições sociais e políticas que ela há de produzir com sua dominação, assim como tantas outras armas também; o propósito disso é que, tão logo se dê a derrocada das classes reacionárias na Alemanha, a luta contra a própria burguesia possa começar de imediato.

É sobretudo para a Alemanha que os comunistas voltam sua atenção, porque ela está às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa transformação sob condições mais avançadas da civilização europeia, assim como com um proletariado bem mais desenvolvido do que a Inglaterra no século xvii e a França no século xviii, podendo, pois, constituir-se a revolução burguesa alemã apenas num breve prólogo a uma revolução proletária.

Em suma, os comunistas apoiam por toda parte os movimentos revolucionários contra as condições sociais e políticas existentes.

Em todos esses movimentos, eles ressaltam a questão da propriedade, qualquer que seja o grau de desenvolvimento em que ela se apresente, como a questão fundamental do movimento.

Por fim, os comunistas atuam, onde quer que seja, em favor da união e do entendimento entre os partidos democráticos de todos os países.

Os comunistas repudiam todo e qualquer ocultamento de suas posições e intenções. Eles declaram abertamente que seus propósitos só podem ser alcançados mediante a derrubada pela força de toda ordem social até hoje reinante. Que as classes

dominantes tremam ante a revolução comunista. Os proletários nada mais têm a perder com ela do que seus grilhões. Têm, sim, um mundo a ganhar.
proletários de todos os países, unam-se!

Notas de Friedrich Engels

- 1 Por “burguesia” entende-se aqui a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção da sociedade e exploradores do trabalho assalariado. “Proletariado” designa a classe dos trabalhadores assalariados modernos, os quais, despossuídos de meios de produção próprios, precisam vender sua força de trabalho para poder viver. [Nota à edição inglesa de 1888.]
- 2 A rigor, a história *escrita*. Em 1847, desconhecia-se a pré-história da sociedade, a organização social anterior a toda história escrita. Desde então, Haxthausen descobriu a propriedade conjunta da terra na Rússia, e Maurer demonstrou ser ela o fundamento social do qual derivaram historicamente todas as tribos alemãs. Pouco a pouco, descobriu-se que a forma primordial da sociedade eram pequenas comunidades que compartilhavam a posse da terra, desde a Índia até a Irlanda. Por fim, a organização interna dessa primeira sociedade comunista, em sua forma típica, foi desvendada pela descoberta culminante de Morgan acerca da verdadeira natureza da *gens* e de seu papel na tribo. Com a dissolução dessa coletividade original principia a cisão da sociedade em classes específicas e, enfim, opostas umas às outras. [Nota às edições inglesa de 1888 e alemã de 1890.]

Procurei seguir esse processo de dissolução em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Stuttgart, 1886, 2ª edição. [Nota à edição inglesa de 1888.]
- 3 “Comunas” era como se chamavam as cidades surgidas na França antes mesmo de, como “terceiro estamento”, elas lograrem obter de seus

senhores feudais e mestres autonomia administrativa e direitos políticos. De modo geral, citam-se aqui como típicos o desenvolvimento da economia na Inglaterra e o da política na França. [Nota à edição inglesa de 1888.]

Assim denominavam os cidadãos italianos e franceses sua comunidade municipal, depois de obter de seus senhores feudais, pela compra ou pela força, os primeiros direitos de autonomia administrativa. [Nota à edição alemã de 1890.]

4 Não se fala aqui da Restauração inglesa de 1600-89, e sim da francesa de 1814-30. [Nota à edição inglesa de 1888.]

5 Faz-se referência aqui sobretudo à Alemanha, onde a nobreza do campo e os fidalgos proprietários de terras pagam a administradores para que façam a exploração de boa parte de suas propriedades rurais e, paralelamente, são também grandes produtores de açúcar de beterraba e de aguardente de batata. Os aristocratas ingleses mais ricos ainda não atingiram tamanha decadência, mas eles também sabem como compensar a queda nos rendimentos mediante a cessão de seu nome a fundadores de sociedades acionárias de reputação mais ou menos duvidosa. [Nota à edição inglesa de 1888.]

6 O ímpeto da revolução de 1848 varreu do mapa toda essa tendência lamentável e arrancou de seus propositores a vontade de seguir adiante no socialismo. Principal representante e figura clássica dessa tendência é o senhor Karl Grün. [Nota à edição alemã de 1890.]

7 Falanstério era a designação para as colônias socialistas planejadas por Charles Fourier. Icária foi o nome dado por Cabet a sua utopia e, mais tarde, a sua colônia comunista nos Estados Unidos. [Nota à edição inglesa de 1888.]

Home-colonies (colônias no interior) é como Owen chama suas sociedades-modelo comunistas. Falanstério era o nome dos palácios sociais planejados por Fourier. Icária chamava-se a utópica terra da fantasia cujas instalações comunistas Cabet descreveu. [Nota à edição alemã de 1890.]

8 O partido à época representado no parlamento por Ledru-Rollin, na literatura por Louis Blanc e na imprensa diária pelo *Réforme*. “Social-democracia”, para esses seus inventores, significa uma seção do partido democrático ou republicano de coloração mais ou menos socialista. [Nota

à edição inglesa de 1888.]

O partido francês que então se denominava social-democrata era aquele representado por Ledru-Rollin, na política, e por Louis Blanc, na literatura. Ele era, portanto, completamente diferente da atual social-democracia alemã. [Nota à edição alemã de 1890.]

Variações

- [v1](#) (1848) às lendas
- [v2](#) (1888) [progresso político] dessa classe
- [v3](#) (1848, 1872) associações armadas e autogovernantes
- [v4](#) (1888) (como na Itália e na Alemanha)
- [v5](#) (1888) (como na França)
- [v6](#) (1848) [absoluta,] e [fundamento]
- [v7](#) (1848, 1872, 1883) anteriores
- [v8](#) (1848) à [exploração]
- [v9](#) (1848) porém
- [v10](#) (1848) apenas e tão [somente]
- [v11](#) (1848) [também] inclusive
- [v12](#) (1848) devastação
- [v13](#) (1848) [estímulo] à civilização e [às]
- [v14](#) (1848, 1872) dos
- [v15](#) (1848) [para] o próprio trabalhador
- [v16](#) (1888) carga
- [v17](#) (1848) pelo próprio fabricante burguês
- [v18](#) (1848, 1872, 1883) [propósito] último
- [v19](#) (1848) [das mulheres] e das crianças
- [v20](#) (1888) [elementos formativos] políticos e gerais
- [v21](#) (1888) [elementos] esclarecedores e progressistas
- [v22](#) (1848, 1872, 1883) [reacionárias,] porque [buscam]
- [v23](#) (1848, 1872, 1883) [toda] segurança à propriedade privada
- [v24](#) (1848, 1872, 1883) celeridade

- v25 (1848, 1872, 1883) mais [essencial]
- v26 (1848, 1872) seus próprios coveiros
- v27 (1888) sectários
- v28 (1848, 1872, 1883) por um lado eles [ressaltarem]
- v29 (1888) de uma maioria por uma minoria
- v30 (1848) de nossos burgueses
- v31 (1848) desejarem
- v32 (1888) na principal classe
- v33 (1848) das nações
- v34 (1848) [terreno da] consciência
- v35 (1848, 1872, 1883) [com] formas [que somente]
- v36 (1848) de todo o transporte
- v37 (1848) oposição
- v38 (1848, 1872, 1883) etc. etc.
- v39 (1848) [classes,] das classes em si
- v40 (1888) maçãs caídas da árvore da indústria
- v41 (1848) sagrado
- v42 (1888) Por fim, tendo a obstinação dos fatos históricos afugentado a embriaguez do autoengano, essa forma de socialismo degenerou em miserável choradeira.
- v43 (1848) [acerca] da verdadeira sociedade e da [realização]
- v44 (1848) A essa [introdução] de seu [palavrório filosófico]
- v45 (1848) pressupõe
- v46 (1888) dos filisteus alemães
- v47 (1848) Essa [descrição fantástica]
- v48 (1848) corresponde a [um momento]
- v49 (1848) [diferenciando-se] ainda [apenas]

Posfácio

rasgando os véus: o manifesto comunista

marshall berman

Hoje, no princípio do século xxi, o *Manifesto* é bem menos lido do que já foi. Governos comunistas dominaram porção considerável do mundo por boa parte do século xx. No mundo todo, a educação comunista foi poderosa e bem-sucedida em muitos aspectos, mas foi também distorcida no modo pelo qual canonizou Marx como uma espécie de santo padroeiro oficial. Para quem nasceu no Ocidente, é difícil compreender essa ideia. Mas, ao longo da maior parte do século xx, em boa parte do mundo, esperava-se de todo candidato a ascensão numa organização comunista que soubesse de cor e fosse capaz de citar certas passagens e certos temas presentes nos escritos de Marx. Esperava-se também que *não* soubesse de muitas outras ideias de Marx — ideias como as de trabalho alienado, dominação por parte do Estado e liberdade.

Depois da queda do muro de Berlim, em 1989, esse sistema desmoronou com grande rapidez. Por todo o Leste europeu, estátuas de Marx foram postas abaixo. Fotografias de pessoas derrubando estátuas ofereceram por algum tempo material de primeira página para os jornais. Àqueles leitores que gostam de Marx, essa perda de santidade só pode ser encantadora. Sua canonização pós-1917 foi um desastre. Beatificação é coisa que faz

tão bem a um pensador quanto a peste! No mundo todo, só podemos saudar esse desastre de fim de século como uma queda das mais afortunadas. Um de meus velhos chefes no City College de Nova York, alguém que havia crescido sob governos comunistas da Europa do Leste, disse-me que, após a queda do muro, não deviam permitir que eu seguisse ensinando Marx, porque “1989 é prova de que cursos de marxismo são coisa obsoleta”. Respondi a ele que, ironicamente, as universidades norte-americanas funcionavam sob um regime de mercado e ensinavam o que fosse que os estudantes quisessem aprender, mesmo que autoridades acadêmicas julgassem que as matérias por eles escolhidas não devessem ser ensinadas. Disse-lhe também que o Marx que os estudantes queriam ler hoje era muito mais interessante que o santo padroeiro de ontem: estavam à procura de um pensador que pudesse conduzi-los através da dinâmica e das contradições do capitalismo.

Na verdade, podemos aprender mais sobre esse assunto no *Manifesto* do que em qualquer outro livro jamais escrito. Muito do encanto desse texto decorre da ideia de que há uma *conexão* a vincular toda uma enorme gama de fenômenos modernos. Algumas vezes, Marx tenta explicar essas conexões; outras vezes, limita-se apenas a pôr coisas lado a lado e deixa que nós estabeleçamos a conexão.

Que conexões Marx estabeleceu? Em primeiro lugar — e de modo surpreendente, se não se está preparado para tanto —, encontramos no *Manifesto* um louvor tão extravagante ao capitalismo que beira a admiração pura e simples. Logo de início, em “Burgueses e proletários”, Marx descreve os processos de construção material perpetrados pelo capitalismo e as emoções daí decorrentes. Marx é único na vinculação que estabelece entre processos históricos e emoções. Ele sublinha uma

sensação que é a de quem se vê no meio de algo mágico, misterioso:

[...] a burguesia criou forças produtivas mais numerosas e colossais do que todas as gerações anteriores somadas. Subjugação das forças da natureza, maquinaria, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, ferrovias [...], expansão das áreas de cultivo em continentes inteiros e da navegação fluvial, populações inteiras brotadas do solo — que século anterior anteviu semelhantes forças produtivas adormecidas no regaço do trabalho social?

Ou, um pouco antes, falando de um dinamismo inato que é tanto espiritual quanto material:

A burguesia não pode existir sem revolucionar continuamente os instrumentos de produção — ou seja, as relações de produção —, isto é, o conjunto das relações sociais. [...] A transformação contínua da produção, o abalo ininterrupto de todas as condições sociais, incerteza e movimento eternos, eis aí as características que distinguem a época burguesa de todas as demais. Todas as relações sólidas e enferrujadas, com seu séquito de venerandas e antigas concepções e visões, se dissolvem; todas as novas envelhecem antes mesmo que possam se solidificar. Evapora-se toda estratificação, todo o estabelecido; profana-se tudo que é sagrado, e as pessoas se veem enfim obrigadas a enxergar com olhos sóbrios seu posicionamento na vida, suas relações umas com as outras.

Essa primeira parte do texto, “Burgueses e proletários”, tem muitas passagens como essas, escritas em acordes maiores. Mas alguns dos colegas radicais de Marx, como Proudhon e Bakunin, viram nessa apreciação do capitalismo uma traição às vítimas desse mesmo capitalismo. É uma acusação que ainda hoje se ouve e que merece resposta séria. Marx odeia o capitalismo, mas acha também que ele trouxe imensos benefícios reais, tanto espirituais como materiais, e quer que esses benefícios sejam distribuídos e desfrutados por todos, em vez de constituírem monopólio de uma pequena classe governante. Isso é muito diferente da fúria totalitária típica daqueles que querem acabar com tudo. Às vezes, como acontece com Proudhon, o ódio é dirigido simplesmente contra os tempos modernos: são pessoas que sonham com uma época de ouro de aldeias camponesas, em que cada um era feliz e tinha seu lugar (o das mulheres, atrás do dos homens). Outros radicais — que vão desde o autor do “Apocalipse” até o Unabomber, passando por Thomas Münster e Verloc — ultrapassam os limites e revelam algo como uma ira contra a realidade, contra o próprio ser humano. Iras apocalípticas oferecem emoções imediatas e sensacionais, mas baratas. A visão de Marx é mais complexa e nuançada, difícil de suportar se não se é adulto o bastante. Por outro lado, para o *adulto de fato*, sintonizado com um mundo repleto de complexidade e ambiguidade, Marx pode ser mais indicado do que se pensa.

Ele não foi o primeiro comunista a admirar a criatividade do capitalismo. Essa postura pode ser encontrada em alguns dos grandes “socialistas utópicos” da geração que o precedeu, como Robert Owen, Saint-Simon e seus brilhantes seguidores. Marx foi, no entanto, o primeiro escritor a inventar um estilo capaz de iluminar essa criatividade antes do início do século xx. (Na França,

que tinha Baudelaire e Rimbaud, a linguagem poética estava algumas décadas à frente.) Para leitores que cresceram com T. S. Eliot, Ezra Pound e seus sucessores, não há de ser difícil enxergar no *Manifesto* um grande texto poético. Ele junta num só lugar toda uma enorme gama de coisas e ideias que ninguém antes havia pensado em juntar. Se conseguimos desenvolver uma sensibilidade para o que Marx enxerga no horizonte, isso nos ajudará a ver sentido no mundo moderno.

Nós poderíamos caracterizar o estilo do *Manifesto* como possuidor de uma espécie de lirismo expressionista. Os parágrafos rebentam diante de nós como ondas que nos fazem tremer ao impacto e nos encharcam de pensamentos. É uma prosa de tirar o fôlego, que mergulha adiante sem o auxílio de guias ou mapas, ultrapassando limites, empilhando e dispondo em camadas coisas, ideias e experiências. Catalogar é um procedimento que desempenha papel muito importante para Marx, assim como para seus contemporâneos Dickens e Whitman. Parte do encanto desse estilo advém da sensação de que as listas nunca se esgotam, de que o catálogo se abre para o presente e para o futuro. Somos convidados a empilhar nossas próprias coisas, ideias e experiências, a nos empilhar, se encontrarmos um jeito de fazer isso. Mas, com frequência, os componentes dessa pilha parecem colidir e, às vezes, é como se todo o conjunto pudesse desmoronar. De um parágrafo a outro, Marx dá a seus leitores a sensação de estar no trem mais rápido e grandioso do século XIX, avançando pelo terreno mais acidentado e perigoso do século. Embora a luz seja esplêndida, avançamos rumo ao ponto onde os trilhos acabam.

Uma das características que Marx mais admira no capitalismo moderno é seu horizonte global, sua textura cosmopolita. Muitos falam hoje em dia de uma economia

global como se ela tivesse acabado de nascer. Marx nos ajuda a ver como ela está em operação há muito tempo:

Por todo o globo terrestre, a burguesia busca satisfazer a necessidade de um escoamento cada vez mais amplo para seus produtos. Ela precisa se implantar e se expandir por toda parte, estabelecer vínculos onde quer que seja.

Graças a sua exploração do mercado mundial, ela conformou de modo cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. [...] As antiquíssimas indústrias nacionais, ela as aniquilou e segue aniquilando dia após dia. Expulsam-nas novas indústrias, cujo surgimento torna-se questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas, indústrias que já não processam matéria-prima nativa, mas aquela proveniente de áreas as mais remotas, e cujos produtos são consumidos não apenas em seu próprio país, mas também, e simultaneamente, em todos os continentes.

Essa expansão global, Marx acreditava, oferecia um panorama espetacular das ironias da história. Em geral, a burguesia moderna tinha desejos banais, mas sua busca incansável de lucro lhe impunha a mesma estrutura pulsional insaciável, o mesmo horizonte infinito de qualquer um dos grandes heróis românticos, como Don Giovanni, Childe Harold ou o Fausto de Goethe. Embora movida por um só pensamento, o foco estreito dessa burguesia promove integrações as mais amplas; a superficialidade da perspectiva desencadeia as mais profundas transformações; sua pacífica atividade econômica devasta como uma bomba toda sociedade humana, das tribos mais primitivas à poderosa União Soviética. Marx estarreceu-se com os custos humanos do desenvolvimento capitalista, mas sempre acreditou que o

horizonte de mundo criado por ele era um grande feito da humanidade, algo que cabia aos movimentos socialista e comunista levar adiante. Basta lembrar que o grande apelo à união com que o *Manifesto* termina é dirigido aos “proletários de todos os países”.

Um dos acontecimentos cruciais dos tempos modernos tem sido o desenvolvimento, pela primeira vez, de uma *cultura universal*. Marx escreveu num momento histórico em que os meios de comunicação de massa começavam a se desenvolver. Trabalhou na linha de Goethe, que, em conversa com Eckermann em seu último ano de vida, falava em literatura universal (*Weltliteratur*). Marx escreveu 150 anos mais tarde, e creio ser legítimo chamar aquilo a que ele se refere de “*cultura universal*”. O *Manifesto* mostra como essa cultura se desenvolve espontaneamente a partir do mercado mundial:

No lugar das antigas necessidades, antes atendidas por produtos nacionais, surgem outras, cuja satisfação demanda produtos de países e climas longínquos. Em lugar da velha autossatisfação e do velho isolamento local e nacional, surgem relações abrangentes, uma abrangente interdependência entre as nações. E isso tanto no que se refere à produção material quanto à intelectual. Os produtos intelectuais de cada nação tornam-se bens comuns [...] e a partir das muitas literaturas locais, nacionais, forma-se uma *literatura universal*.

Marx acreditava que Shakespeare, que escreveu bem no início da Idade Moderna, foi o primeiro escritor inteiramente moderno. Quando estudante, aprendera de cor muitas de suas peças. Na década de 1840, ainda não sabia do envolvimento profundo que iria ter com a língua inglesa. Depois do fracasso das revoluções de 1848 na Alemanha, passou cerca de metade da vida no exílio

londrino. Ao longo dos anos, escreveu centenas de artigos, de início traduzidos por Engels; depois, começou a escrevê-los cada vez mais em inglês, sobretudo para o *New York Daily Tribune*, como “nosso correspondente na Europa”. E nunca parou de trabalhar em *O capital*, um livro recheado de notas provenientes de diferentes línguas e culturas a cada página. Em Londres, sua mulher, Jenny, se tornou crítica de teatro e escrevia sobre os palcos ingleses para jornais alemães. A filha de Marx, Eleanor — a primeira tradutora para o inglês da *Madame Bovary* de Flaubert e de *Um inimigo do povo*, de Ibsen, além de uma das inventoras da “organização comunitária” —, lembra-se de que a família inteira ia a Hampstead Heath aos domingos e representava Shakespeare. Estavam falidos, desesperados, eram despejados de apartamentos e não podiam sair no inverno porque haviam penhorado muitas de suas roupas. Mas seguiam reinventando o mundo.

A visão de Marx de cultura universal reúne várias ideias complexas. Em primeiro lugar, a da expansão das necessidades humanas: o mercado mundial, cada vez mais complexo, a um só tempo molda e expande os desejos de todos. Marx quer que imaginemos o que isso significa em termos de comida, roupas, religião, amor, tanto em nossas fantasias mais íntimas como em nossas aparições públicas. Em seguida vem a ideia de cultura como “bem comum”: tudo que é criado por quem quer que seja, em qualquer lugar, está aberto e disponível para todo o mundo, em todo lugar. Empreendedores publicam livros (e *e-books*), produzem peças e concertos, promovem exposições de arte e, nos séculos pós-Marx, criam *hardware* e *software* para filmes, rádio, tv e computadores com o propósito de fazer dinheiro. Ainda assim, nessas e em outras empreitadas, a história escapa por entre os dedos dos proprietários, e as pessoas têm acesso à cultura — uma ideia, uma imagem

poética, um som musical, Platão, Shakespeare, um *spiritual* (toda a família de Marx aprendeu *spirituals* na década de 1860) —, mesmo sem possuí-la. Se somos capazes de pensar na cultura moderna como “bem comum”, e no modo pelo qual a música popular, o cinema, a literatura e a televisão podem nos fazer sentir mais à vontade no mundo, isso nos ajuda a imaginar de que forma, um dia, as pessoas no mundo todo poderiam compartilhar dos recursos mundiais.

Trata-se de uma visão de cultura que raramente é discutida, mas é uma das coisas mais amplas e esperançosas que Marx escreveu. No último século, o desenvolvimento do cinema, da televisão, do vídeo e dos computadores criou uma linguagem visual global que torna a ideia de *cultura universal* mais familiar do que nunca; a pulsação do mundo ressoa no melhor de nossa música e de nossos livros. Essa é a boa notícia. A má notícia é em que grande medida a maior parte dos escritos de esquerda sobre cultura se tornou azeda e amarga. Às vezes, é como se a cultura fosse apenas mais um “Departamento de Exploração e Opressão”, sem conter em si nada de luminoso ou valioso. Outras vezes, a impressão que dá é que a cabeça das pessoas é um recipiente vazio, sem nada dentro que não seja o que o capital põs ali. Basta ler, ou tentar ler, uns poucos artigos sobre “discurso hegemônico” ou “contra-hegemônico”.

Se, contudo, o capitalismo triunfa em tantos aspectos, o que há de errado nele? O que faz valer a pena passar a vida inteira tentando combatê-lo, como fez Marx? No século xx, os movimentos marxistas do mundo todo se concentraram no argumento, defendido da forma mais elaborada em *O capital*, de que, na sociedade burguesa, os trabalhadores se tornaram e têm se tornado cada vez mais pobres. Por certo, existiram momentos em que negar essa afirmação era absurdo (durante a Grande Depressão, por exemplo). Em outros momentos e em

outros lugares (a América do Norte e a Europa Ocidental durante as décadas de 1950 e 1960, aquelas durante as quais eu cresci), esse argumento revelou certa fragilidade. Muitos economistas marxistas fizeram contorcionismos dialéticos para produzir seus números. Mas o problema com toda essa discussão era que ela convertia em números questões que são da experiência humana, levando o Marxismo a pensar e falar exatamente como o capitalismo.

Aqui e ali, o *Manifesto* postula coisa parecida. Mas ele oferece o que, a mim, parece acusação bem mais aguda, uma acusação que se sustenta até mesmo no auge do ciclo de negócios, quando a burguesia e seus apologistas se afogam em complacência. Essa acusação se traduz na visão de Marx sobre o que a burguesia moderna obriga as pessoas a ser: elas têm de congelar seus sentimentos mútuos a fim de encontrar um lugar num mundo gélido. A sociedade burguesa não deixou “outro vínculo a ligar seres humanos que não o puro interesse, o insensível ‘pagamento em dinheiro’”. Ela “afogou os sagrados calafrios do êxtase devoto, do entusiasmo cavalheiresco, da melancolia pequeno-burguesa, nas águas gélidas do cálculo egoísta”. Ela “dissolveu a dignidade pessoal em valor de troca” e reduziu toda e qualquer ideia de liberdade a uma única: “a inescrupulosa liberdade de comércio”. Além disso, a sociedade burguesa “removeu das relações familiares seu véu emotivo-sentimental, reduzindo-as a mera relação monetária” e “transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem das ciências em assalariados a seu serviço”. Em resumo, ela “trocou a exploração envolta em ilusões religiosas e políticas pela exploração pura e simples, aberta, desavergonhada e direta”. Ela força, portanto, as pessoas a se degradar, a fim de que possam sobreviver.

Obras do século xx escritas dentro da tradição marxista tendem a imaginar uma burguesia dotada de poderes

supercontroladores: tudo que acontece ocorre apenas para que a burguesia possa acumular mais capital. Vale a pena notar que a visão que Marx tem dela é bem mais volátil. Ele compara a burguesia a “um feiticeiro já incapaz de dominar os poderes subterrâneos que ele próprio conjurou”. Marx nos lembra aqui o *Fausto* de Goethe, é claro, mas também veneráveis tradições da magia capazes de transformar seus portadores em homens espetacularmente ricos. A magia, é evidente, nunca funcionou. Em vez disso, o que aconteceu, nas palavras de Marx, foram “crises mais abrangentes e violentas” e a redução dos “meios capazes de preveni-las”. Sobreviventes das crises fiscais de 2008 hão de se lembrar da sensação de poder mágico a seduzir milhões de pessoas a abrir mão de mais do que elas possuíam. Será interessante ver se vão aprender alguma coisa de todas as práticas bisonhas que nomes como Madoff passaram a significar. Marx temia que esse aprendizado não aconteceria: no capitalismo moderno, as mentes mais sofisticadas podem se tornar primitivas da noite para o dia; pessoas que têm o poder de reconstruir o mundo ainda parecem fadadas a se desconstruir. Se grandes esperanças o animavam, sérias preocupações o inquietavam também.

Há mais de 150 anos temos visto uma gigantesca literatura atacar a brutalidade de uma classe na qual os que se sentem mais à vontade para cometer atos brutais são também os que têm maior chance de sucesso. Mas as mesmas forças sociais exercem pressão também sobre os membros daquele grupo imenso que Marx chama “o proletariado moderno”. Trata-se de uma classe que sempre sofreu de um problema de falsa identidade. Muitos dos leitores de Marx sempre pensaram que “proletariado moderno” significava apenas homens calçando botas — nas fábricas, na indústria, de macacão, mãos calejadas, esguios e famintos. Esses leitores

notam, então, a natureza cambiante da força de trabalho: cada vez mais educada, de colarinho branco, trabalhando no setor de serviços (em vez de plantar comida ou fabricar coisas), gente de classe média (ou próxima dela). Inferem daí a Morte do Sujeito, concluem que o proletariado está desaparecendo e que já não há para ele nenhuma esperança. Marx não achava que a classe trabalhadora estava encolhendo: em todos os países industriais, ela já havia se tornado (ou estava em vias de se tornar) “a imensa maioria”. Seu número crescente, Marx pensava, permitiria a ela “*conquistar a democracia*”. A base para essa aritmética política era um conceito a um só tempo simples e altamente inclusivo:

Na mesma medida em que se desenvolve a burguesia — isto é, o capital — desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho à medida que seu próprio trabalho multiplica o capital. Esses trabalhadores, que precisam se vender a varejo, são uma mercadoria como qualquer outro artigo vendido no comércio, sujeita, portanto, a todas as vicissitudes da concorrência e a todas as oscilações do mercado.

Para Marx, o fator crucial não é trabalhar numa fábrica, com as próprias mãos, ou ser pobre. Tudo isso pode mudar com as ofertas e demandas flutuantes na tecnologia e na política. A realidade fundamental é a necessidade de vender o próprio trabalho para poder sobreviver, de modelar a própria personalidade com o intuito de fazer-se vendável, olhar no espelho e dizer: “Pois bem, o que eu tenho que posso vender?” — tudo isso acompanhado do pavor e da ansiedade de, amanhã, não encontrarmos ninguém que queira comprar o que

temos ou o que somos, ainda que hoje estejamos bem; do medo de que o mercado em mutação nos declare (como já declarou tantos) sem valor nenhum; de nos vermos física e metafisicamente excluídos. *A morte de um caixeiro-viajante* (1949), a peça de Henry Miller que é um dos grandes textos do teatro norte-americano, dá vida a esse pavor desgastante que pode ser a condição da maioria da classe trabalhadora em tempos modernos. Escritos existencialistas — aqueles que eu cresci lendo, meio século atrás — dramatizam essa tradição com grande profundidade e beleza, embora suas visões tendam a ser estranhamente desencarnadas. Os visionários do existencialismo poderiam aprender com o *Manifesto*, que dá um endereço à angústia moderna.

Marx compreende que muita gente da classe trabalhadora desconheça o próprio endereço. Muitos vestem roupas elegantes e moram em belas casas porque, no momento, há grande demanda por seu trabalho, o que significa que eles vão muito bem. Podem identificar-se alegremente com os proprietários do capital, sem ter ideia de como os benefícios de que gozam agora são fugazes e circunstanciais. Talvez não descubram quem são e qual é seu lugar até que sejam dispensados ou demitidos — ou terceirizados, ou tornados desnecessários em sua especialização, ou *downsized*. Outros trabalhadores, desprovidos de tantas credenciais e vestindo roupas não tão boas, podem não entender que muitos daqueles que os jogam de um lado para outro pertencem, na realidade, a sua própria classe e, a despeito da pretensão, compartilham da mesma vulnerabilidade. Como comunicar essa realidade àqueles que não a compreendem ou aceitam? A complexidade dessas ideias ajudou a criar uma nova vocação, central à sociedade moderna: a do *organizador*.

Um grupo cuja identidade como trabalhadores era crucial para Marx era sua própria classe: os intelectuais.

“Todas aquelas atividades desde sempre encaradas com temor respeitoso e devoto, a burguesia as despiu de sua auréola. Ela transformou o médico, o jurista, o sacerdote, o poeta e o homem das ciências em assalariados a seu serviço.” Isso não quer dizer que essas atividades perdem significado ou valor. Na verdade, seu significado até ganha em urgência. Mas o único modo de as pessoas adquirirem a liberdade para fazer o que podem fazer é trabalhar para o capital. O próprio Marx teve de viver assim. Ao longo de quarenta anos, ele produziu um jornalismo brilhante para muitos órgãos da imprensa, em especial para o *New York Daily Tribune*. Às vezes, era pago; com frequência, não era. Marx foi brilhante ao imaginar como os trabalhadores podiam se organizar e como sua capacidade de organização podia tornar a vida no século XIX muito mais humana do que ela havia sido na década de 1840 — a época do *Manifesto*, quando ele estava apenas começando. Mas ninguém à época tinha imaginado de que forma os criadores de cultura podiam se organizar. Quando Marx, assim como todo escritor ou artista daquele tempo, enfrentava o capital, ele o fazia sozinho.

A escala da cultura se expandiu imensamente nos séculos XX e XXI. Intelectuais precisam trabalhar para companhias farmacêuticas, estúdios de cinema, conglomerados de mídia, seguradoras de saúde, conselhos de educação, políticos etc., sempre utilizando sua criatividade para ajudar o capital a acumular mais capital. Isso faz com que eles estejam sujeitos não apenas às tensões que afligem todos os trabalhadores modernos, mas também a uma zona de pavor que é só deles. Quanto mais se importam com seu trabalho, desejosos de que ele signifique alguma coisa, tanto mais se veem em conflito com os guardiões de planilhas. No século XX, os criadores de cultura começaram a entender o problema e a se organizar. Mas, como aconteceu

repetidas vezes ao longo da história do capitalismo, a tecnologia aprendeu a se organizar numa escala muito mais ampla. No século xxi, a internet descortinou toda uma nova dimensão de conflito. Editoras de livros, jornais e revistas começaram a desmoronar. Hoje em dia, os intelectuais são forçados a combater numa “batalha pela democracia” que, vemos bem agora, será permanente: eles lutam para *manter viva a cultura*. Não sabemos no que dará essa luta. Muitos intelectuais começaram a enxergar as conexões e a se reconhecer como trabalhadores. Muitos, porém, ainda não. A maioria de nós pode perfeitamente conceber outras coisas que preferiria estar fazendo. Marx argumenta que, a não ser que aprendamos a nos organizar — e a permanecer organizados —, a não ser que aprendamos a lutar essa luta, grande é a chance de que nem nós nem ninguém jamais vai poder voltar a fazer essas coisas de que gosta.

Marx via um amplo horizonte. Ele era capaz de imaginar como a vida se desdobraria a milhares de quilômetros de qualquer lugar onde tivesse estado. Tendo vivido metade de sua vida em Londres, naquela que era à época a economia mais dinâmica do mundo, ele tinha especial sensibilidade para as ambiguidades do crescimento. Ao longo dos últimos vinte anos, a economia mais dinâmica do mundo tem sido a chinesa. Boa parte do poder da China emana de uma classe trabalhadora dotada de imensa energia e, no entanto, até muito recentemente, da mais completa passividade. Passei um mês lá, em 2005, perplexo. Participei de uma conferência em Hangzhou, na Universidade de Zhejiang, caminhei pelas ruas de várias cidades grandes, encontrei-me com intelectuais de diversas idades. Em minha palestra estavam presentes cerca de trinta chineses e três americanos. Os americanos eram os únicos dispostos a dar à Revolução Chinesa o crédito por ter feito coisas. A conversa dos chineses sobre a história

de seu próprio país parecia ter regredido ao nível daquelas que se tinha nos Estados Unidos da década de 1950. As pessoas falavam como se os “comunistas chineses” fossem marcianos, em vez de seus pais, avós ou, em alguns casos, delas mesmas. Fiquei sabendo também que cursos escolares e universitários sobre o pensamento ocidental estavam proibidos de mencionar o nome de Marx. Falei sobre a vida e o trabalho na Inglaterra do final do século XIX e comparei a Inglaterra à China de hoje. Conversei sobre as metamorfoses da classe trabalhadora britânica e argumentei que, numa sociedade moderna dinâmica, era improvável que a passividade de classe durasse muito tempo. Argumentei também que um momento como o presente na China era exatamente o tipo de momento em que as passagens explosivas do *Manifesto* podiam se tornar proféticas. A maioria das pessoas com quem conversei me disse que a China não possuía um sistema de classes, que não havia ali uma estratificação e que, portanto, as categorias de Marx nada significavam no contexto chinês. Uns poucos sugeriram que ninguém acreditava naquilo, mas que hoje, como no passado, os chineses sabiam bem o que tinham de dizer.

Estudantes me contaram que, infelizmente, minha palestra tinha sido excluída das atas da conferência. Alguns me disseram que adorariam ler Marx, se pudessem. Disse-lhes que a ideia central era a de que eles também eram parte da classe trabalhadora, e que a classe trabalhadora tinha a capacidade de se organizar. Indiquei-lhes alguma bibliografia, o endereço de alguns sites na internet e desejei-lhes tudo de bom. Mais recentemente, em 2010, publicaram uma coletânea de textos mais elaborada, da qual constam não apenas eu, mas Marx também. Vi nisso um sinal de que os trabalhadores chineses tinham provavelmente começado a se organizar e a agir em larga escala. Quem é que sabe

qual será o resultado? É possível, porém, que uma nova frente de batalha tenha sido aberta naquilo que Marx chamou de “a conquista da democracia”.

Marx vê a classe trabalhadora moderna como uma imensa comunidade mundial à espera de realizar-se. Possibilidades dessa envergadura dão à história das organizações gravidade e grandeza permanentes. O processo da criação de sindicatos não constitui apenas um item na política de grupos de interesse, mas é também parte vital do que Lessing chamou de “a educação da raça humana”. À medida que os trabalhadores começarem pouco a pouco a aprender quem são, Marx acredita que eles verão que precisam uns dos outros para ser quem são. Mais cedo ou mais tarde, os trabalhadores vão compreender isso, porque a sociedade burguesa os obriga a ficarem espertos, se quiserem sobreviver às constantes turbulências dessa mesma sociedade. Aprender a se dar a outros trabalhadores, que podem parecer e falar de um modo muito diferente do nosso, mas que, no fundo, são como nós, liberta a alma do pavor e dá a homens e mulheres um endereço permanente no mundo.

Isso é porção vital da visão moral subjacente ao *Manifesto*. Mas há outra dimensão moral, exposta em outro tom, mas tão urgente quanto essa, do ponto de vista humano. A começar com Platão, muitos movimentos comunistas ao longo da história procuraram promover ordens sociais nas quais o eu individual é esmagado por alguma forma de todo comunal. O mundo radical da década de 1840, aquele em que Marx cresceu, estava cheio de gente que pensava dessa maneira. Seus primeiros escritos estão repletos de imprecisões contra o que ele chamou de comunismo “tosco”, de “parca elaboração”. Marx sempre insistiu que o comunismo significava a libertação do eu. E isso queria dizer que a revolução do futuro vai pôr fim às classes e à luta de

classes, vai tornar possível desfrutar de um mundo em que *“o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos”*. Marx imagina o comunismo como um modo de fazer as pessoas felizes. Para ele, o primeiro aspecto da felicidade é o *“desenvolvimento”* — isto é, não uma experiência que se repete infinitamente, mas que passa por infinitos estágios de mudança e crescimento. Essa forma de felicidade é singularmente moderna, moldada pela economia burguesa em desenvolvimento incessante. Contudo, a moderna sociedade burguesa obriga as pessoas a se desenvolver de acordo com as demandas do mercado: o que vende é passível de desenvolvimento; o que não vende ou é reprimido ou jamais ganha vida. Contra esse desenvolvimento distorcido imposto pelo mercado, Marx luta pelo *“livre desenvolvimento”*, um tipo de desenvolvimento que o eu é capaz de controlar.

A insistência nesse livre desenvolvimento, em lugar daquele imposto pelo mercado, é um tema que Marx compartilha com o mais inteligente e nobre dos liberais do século XIX: John Stuart Mill. Como Marx, Mill acabou por ver o *“livre desenvolvimento”* como um valor humano básico. Ao envelhecer, porém, ele se convenceu de que a forma capitalista de modernização — estrelada pela competição voraz, pela conformidade social e pela crueldade com os perdedores — bloqueava as melhores potencialidades. Na velhice, pois, o maior liberal do mundo se declarou socialista.

Ironicamente, esse terreno que liberalismo e socialismo compartilham pode ser um problema para os dois. Afinal, e se Mistah Kurtz não morreu? E se o autêntico *“livre desenvolvimento”* expuser profundezas horríveis da alma humana? Dostoiévski, Nietzsche e Freud nos fizeram encarar os horrores. Marx e Mill poderiam dizer que, enquanto não superarmos a dominação social, não há como saber quão fundo vai nossa degradação interior. O

processo até chegarmos a esse ponto — em que Raskólnikovs não apodrecem na rua da amargura e em que Svidrigailovs não são possuidores de milhares de corpos e almas — há de bastar para garantir emprego fixo a todos nós. E, ainda que atinjamos esse ponto e cheguemos à conclusão de que nossos demônios interiores jamais vão nos deixar, teremos ao menos aprendido como colaborar uns com os outros para nossa defesa mútua. Trótski, na década de 1920, passou a acreditar que a psicoterapia era um direito revolucionário: o de nos protegermos de nós mesmos.

O século xx terminou com a destruição em massa das efígies de Marx. Chamaram-no a “era pós-moderna”. Não precisávamos mais de narrativas grandiosas ou de grandes ideias.

Guardei minha história preferida sobre o *Manifesto* para o fim. Ela vem de Hans Morgenthau, o grande teórico das relações internacionais que foi para os Estados Unidos fugindo dos nazistas. Trata-se de uma história que eu o ouvi contar no início da década de 1970, na City University de Nova York. Ele rememorava sua infância na Baviera, antes da Primeira Guerra Mundial. O pai de Morgenthau, que havia sido médico num bairro operário de Coburg (habitado em sua maioria por mineiros, segundo disse), tinha começado a levar o filho em suas visitas domiciliares a pacientes. Muitos deles estavam morrendo de tuberculose. Naqueles anos, não havia muito que um médico pudesse fazer para salvar suas vidas, mas ele podia ajudá-los a morrer com dignidade. Coburg era um lugar em que muitos dos moribundos pediam que lhes enterrassem em companhia da Bíblia. Mas quando o pai de Morgenthau perguntava a seus trabalhadores quais eram seus últimos desejos, muitos deles diziam que preferiam ser enterrados com o *Manifesto*. Imploravam ao médico por cópias novas do

livro, e para que não deixasse o padre se intrometer e, no último instante, trocá-lo pela Bíblia.

Vinte anos mais tarde, nós nos vemos nas garras de narrativas muito diferentes daquelas sobre os modernos “direitos do homem e do cidadão”: histórias sobre uma dinâmica sociedade global cada vez mais unificada por *downsizing*, pela dispensa do trabalho qualificado, pelos postos de trabalho que desaparecem — postos de trabalho que desaparecem para que as ações das companhias possam subir, para que os ricos fiquem mais ricos e possam se parabenizar pelo que fizeram por nosso mundo. Poucos de nós compartilham hoje em dia daquele sentimento de Marx da existência imediata de uma alternativa clara ao capitalismo. Muitos, porém, abraçam sua perspectiva radical, sua indignação, sua crença de que mulheres e homens são capazes de criar um mundo melhor. De repente, o icônico pode parecer mais convincente do que o irônico. Aquela clássica presença barbada, o ateu fazendo as vezes de profeta bíblico, ainda tem muito a dizer. No limiar do século xx, trabalhadores estavam dispostos a morrer em companhia do *Manifesto comunista*. No limiar do século xxi, é possível que muitos mais estejam dispostos a viver em sua companhia.

Sobre esta edição

Serviu de base a esta tradução o texto da última edição alemã do *Manifesto do Partido Comunista* a cargo de Friedrich Engels, a de 1890, extraído de *Karl Marx, Friedrich Engels: Werke*. Berlim: Dietz-Verlag. O segmento deste livro intitulado “Variações” aponta as diferenças existentes entre esta edição e as anteriores, de 1848, 1872, 1883 e 1888.

Copyright da tradução © 2012 by Sergio Tellaroli
Copyright do posfácio © 2011 by Marshall Berman

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Penguin and the associated logo and trade dress are registered and/or unregistered trademarks of Penguin Books Limited and/or Penguin Group (usa) Inc. Used with permission.

Published by Companhia das Letras in association with
Penguin Group (usa) Inc.

título original
Manifest der Kommunistischen Partei

projeto gráfico penguin-companhia
Raul Loureiro, Claudia Warrak

capa
Alceu Nunes

preparação
Guilherme Bomfim

revisão
Huendel Viana
Camila Saraiva

ISBN 978-85-8086-354-3

Todos os direitos desta edição reservados à
editora schwarcz s.a.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32
04532-002 — São Paulo — sp

Telefone: (11) 3707-3500 Fax: (11) 3707-3501

www.penguincompanhia.com.br

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br